

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2020, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

O ano de 2021 foi marcado, especialmente, pela boa performance de nossos parques eólicos em relação a 2020. Nossa disponibilidade permaneceu em um patamar elevado no ano, de 96,3%, e o bom desempenho do vento também contribuiu, de tal forma que a geração eólica cresceu 17,2%.

Em setembro/21, o Complexo Eólico de Gameleira entrou em operação com seus 4 parques eólicos (Costa das Dunas, Figueira Branca, Gameleira e Touros), com uma antecipação em 2,5 anos, alcançando um aumento em nossa capacidade instalada de 81,7 MW.

Os reajustes contratuais, boa parte deles em IGP-M, também favoreceram o bom resultado desse período. Além disso, houve a contabilização do acordo do GSF, que mitigou perdas do período de 2012 a 2020, no ACL e no ACR, totalizando R\$ 274 milhões.

A CPFL Geração e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de geração baseada predominantemente em fontes limpas e renováveis, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atua.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2021 testemunhou o princípio da superação da pandemia de Covid-19. Apesar do mundo ter vivido as ondas mais letais da pandemia, também foi o ano em que as vacinas começaram a ser amplamente disseminadas (ainda que com enorme heterogeneidade, em termos globais). A combinação de vacinação e contaminação prévia tem proporcionado uma proteção importante à população, ainda que novas variantes continuem surgindo, como foi o caso da Delta e, mais recentemente, da Ômicron. Olhando a evolução da pandemia ao longo de 2021, fica claro o alívio gradual vivenciado pelos sistemas de saúde e a retomada da mobilidade. Deve-se notar, no entanto, que este movimento não é uniforme: em alguns países, há maior resistência à vacinação; em outros, há falta de vacinas. Apesar de grandes avanços na superação da pandemia, ainda não se pode dizer que seus impactos econômicos tenham sido totalmente superados em 2021.

A gradativa normalização das atividades não foi suficiente para reverter o movimento de consumo de bens muito superior ao consumo de serviços. Três fatores contribuíram para manter a demanda por bens historicamente elevada durante todo o ano:

- i) os pacotes de estímulos, tanto fiscais quanto monetários, auxiliaram na manutenção da renda e consumo total em 2020 e início de 2021, apesar do aumento substancial da poupança das famílias. Este fenômeno foi reforçado nos EUA em 2021, com os pacotes de recomposição de renda efetuados no início do mandato de Biden;
- ii) a normalização incompleta do consumo de serviços: num ambiente de manutenção de renda, o que não foi direcionado à poupança foi, por exclusão, consumido; como em boa parte do ano as restrições à mobilidade e os temores relativos à pandemia ainda vigoravam, o deslocamento da demanda aos padrões pré-pandemia foi incompleto;
- iii) a readequação dos níveis de estoques ótimos: os gargalos de produção enfrentados ao longo de 2020 continuaram restringindo a oferta em 2021 e a resposta encontrada por fabricantes e varejistas foi elevar seus estoques, de matérias primas a produtos acabados, elevando ainda mais a demanda global.

Assim, ao mesmo tempo em que a demanda permaneceu elevada, a oferta continuou negativamente impactada pelos *lockdowns* e pelas descontinuidades nas cadeias de insumos. Houve progresso na normalização das cadeias, porém é um processo que apenas se iniciou em 2021 e deve se completar apenas em meados de 2022.

A consequência desta normalização incompleta da economia em 2021, com demanda por bens ainda elevada e oferta restrita, resultou em preços mais elevados em todas as etapas da cadeia, de *commodities*, fretes, preços ao produtor e consumidor. A alta inflação, como se viu, deveu-se muito mais à incapacidade de resposta da oferta do que a um crescimento exuberante da economia.

A alta de preços de *commodities*, como seria de se esperar, repercutiu positivamente sobre as exportações brasileiras. No acumulado de 2021, as exportações somaram US\$ 280,4 bilhões, um crescimento de 34%. Com isso, o saldo comercial foi de US\$ 61,0 bilhões, recorde histórico, ajudando a manter a folga nas contas externas.

No Brasil, apesar da folga nas contas externas e da alta de juros no segundo semestre, a intensificação das incertezas fiscais parece ter contribuído para a depreciação da moeda. De fato, para além do movimento esperado pela valorização do dólar frente a outras moedas, as discussões domésticas sobre a PEC dos Precatórios e alteração do teto de gastos, a fim de viabilizar o Auxílio Brasil, parecem ter sido essenciais para amplificar a pressão sobre o real no último trimestre do ano. Apesar das intervenções do BC, a piora do ambiente doméstico e externo fez com que o câmbio passasse de uma média de R\$ 5,23/US\$ no terceiro trimestre de 2021 para R\$ 5,59/US\$ no último trimestre. Em termos reais, a taxa de câmbio brasileira encerrou o ano de 2021 cerca de 35% acima da média verificada entre 2015 e 2019. A depreciação cambial combinada à alta de preços *commodities* resultou num choque inflacionário. Este choque foi visto tanto nos preços no atacado quanto nos preços ao consumidor.

A inflação bem acima da meta e acelerando, com núcleos em patamar desconfortável, fez com que o Banco Central reagisse tempestivamente. O ano se iniciou com a taxa de juros básica em 2% ao ano, mínimo histórico, porém já a partir de março o Banco Central deu partida ao ajuste da política monetária e da taxa de juros, que encerrou 2021 no patamar de 9,25% ao ano.

Apesar da alta dos juros ao longo do ano, o crédito ainda mostrou um bom desempenho em 2021, sendo uma fonte importante de sustentação do consumo. Este último ainda foi favorecido pela recuperação do mercado de trabalho e pela concessão de auxílios

governamentais. O Auxílio Emergencial atingiu menos famílias em 2021 do que em 2020 e teve um ticket médio menor, reduzindo o alívio aos orçamentos familiares. Por outro lado, a população ocupada continuou abatida pelas restrições por conta da pandemia no primeiro semestre – mas mostrou uma rápida recuperação no segundo semestre, com o avanço da vacinação e melhora do quadro sanitário.

Dados esses fatores, o consumo cresceu relativamente pouco em 2021, na comparação com o patamar final de 2020. Chegou a ultrapassar o consumo de 2019, pré-pandemia, em vários meses, mas perdeu fôlego nos últimos meses do ano.

Contratos de venda de energia

Os contratos de venda de energia relativos às geradoras são de longo prazo e contêm cláusulas específicas de reajuste, que têm como principal indexador a variação anual medida pelo IGP-M, que é utilizado em nossos contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), bilaterais e do Ambiente de Contratação Livre (ACL). Os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) possuem hedges de proteção de GSF e utilizam o IPCA como indexador, e os contratos bilaterais firmados pela subsidiária Campos Novos Energia (Enercan) utilizam uma combinação de indexadores de dólar e IGP-M.

3. Desempenho operacional

A CPFL Geração é a holding dos ativos de geração do grupo CPFL Energia, com participações em grandes empreendimentos hidrelétricos e duas usinas térmicas, além de deter 50,85% da CPFL Renováveis (em conjunto com a CPFL Energia, detêm 100%), que é líder no segmento de energia renovável.

O portfólio da CPFL Geração é de 4.347 MW, compreendendo 7 usinas hidrelétricas (1.928 MW), 49 parques eólicos (1.391 MW), 48 PCHs e CGHs (475 MW), 8 usinas termelétricas a biomassa (370 MW), 2 UTEs (182 MW) e 1 usina solar (1 MW).

Estamos constantemente avaliando novas oportunidades para explorar investimentos em projetos de geração. Contamos com um portfólio de 3.350 MW de projetos em desenvolvimento para os próximos anos e atualmente possuímos um projeto em construção, a PCH Cherobim, com 28,0 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, com entrada em operação prevista para 2024.

4. Desempenho econômico-financeiro

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 4.463 milhões em 2021, representando um aumento de 26,7% (R\$ 941 milhões). As deduções da receita operacional foram de R\$ 303 milhões em 2021, representando um aumento de 17,7% (R\$ 46 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 4.160 milhões em 2021, representando um aumento de 27,4% (R\$ 895 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): O EBITDA, foi de R\$ 3.129 milhões em 2021, representando um aumento de 17,6% (R\$ 468 milhões), devido aos seguintes aumentos: (i) de 27,4% (R\$ 895 milhões) na receita líquida; e (ii) de 26,6% (R\$ 109 milhões) na equivalência patrimonial. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelos aumentos: (i) de 37,4% (R\$ 138 milhões) nos custos com energia elétrica e encargos; (ii) de 276,5% (R\$ 335 milhões) nos custos com construção da infraestrutura da concessão; e (iii) de 12,2% (R\$ 64 milhões) no PMSO (despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros, Outros Custos/Despesas Operacionais e Entidade de Previdência Privada). O aumento no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- ✓ Redução de 3,4% (R\$ 5 milhões) nas despesas com pessoal;
- ✓ Aumento de 18,1% (R\$ 5 milhões) nas despesas com material;
- ✓ Aumento de 5,7% (R\$ 12 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- ✓ Aumento de 38,0% (R\$ 51 milhões) em outros custos/despesas operacionais;
- ✓ Aumento de 16,7% (R\$ 0,6 milhão) no item Entidade de Previdência Privada.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA

	2021	2020
Lucro Líquido	2.008.421	1.644.548
Depreciação e Amortização	710.744	698.213
Amortização Mais Valia de Ativos	579	579
Resultado Financeiro	280.801	382.403
Contribuição Social	41.444	(10.425)
Imposto de Renda	86.752	(54.150)
EBITDA	3.128.740	2.661.169

*Conforme Instrução CVM nº 527, de 4/10/2012

Lucro líquido: a CPFL Geração apurou lucro líquido de R\$ 2.008 milhões em 2021, representando um aumento de 22,1% (R\$ 364 milhões), refletindo o aumento de 17,6% (R\$ 468 milhões) no EBITDA e a redução de 26,6% (R\$ 102 milhões) nas despesas financeiras líquidas, a variação de R\$ 193 milhões no Imposto de Renda e Contribuição Social e pelo aumento de 1,8% (R\$ 12 milhões) nas depreciações e amortizações.

Endividamento: no final de 2021, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Geração atingiu R\$ 5.277 milhões, uma redução de 5,1%.

5. Investimentos

Em 2021, foram investidos R\$ 466 milhões, destinados principalmente à construção da PCH Lucia Cherobim e dos parques eólicos do Complexo Gameleira (Costa das Dunas, Figueira Branca, Farol de Touros e Gameleira). Adicionalmente, houve um investimento de R\$ 317 milhões nos projetos de transmissão em construção: Maracanaú, Sul I e Sul II.

6. Sustentabilidade e responsabilidade corporativa

A CPFL Geração desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano de sustentabilidade: organizado em três pilares – Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade – e em habilitadores fundamentais – Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, se desdobra em 15 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano de Sustentabilidade.

Comitê de sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar o Plano e a Plataforma de sustentabilidade, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação.

Gestão ambiental: nosso modelo de negócio demanda uma ampla capacidade de gestão dos impactos ambientais. As diretrizes e os processos que adotamos são unificados no Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que assegura a conformidade de todas as operações com as licenças ambientais e direciona os investimentos que agregam valor para toda a cadeia produtiva.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): O Programa de Integridade do Grupo CPFL, além de ter como base as diretrizes, valores e princípios do Grupo, formaliza o seu compromisso em conduzir os negócios pautados pela integridade e pelos mais altos parâmetros de Governança Corporativa. O programa possui 4 pilares compostos por dispositivos que evidenciam o tom e a prática do discurso pela alta administração, a existência de procedimentos e diretrizes como o Código de Conduta Ética, além de ações de comunicação e treinamentos para colaboradores e fornecedores. O programa conta, ainda, com o canal de ética, independente e gerido por empresa terceira, bem como com mecanismos de avaliação e monitoramento de suas ações. Ao longo de 2021, destacamos as seguintes ações executadas: (i) a manutenção do Selo Pró-Ética 2020/2021 que é um prêmio concedido pela Controladoria Geral da União (CGU) a um seleto grupo de empresas, que fomentam a adoção voluntária de medidas de integridade e comprometidas em implementar ações voltadas à prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude; (ii) os treinamentos presenciais e virtuais sobre temas do Programa de Integridade para colaboradores e fornecedores; (iii) a divulgação da Conversa Mensal de Integridade – CMI em todas unidades do grupo CPFL com temas como Assédio Sexual, Conflito de Interesses, Tratamento Desrespeitoso, Discriminação e Preconceito e Brindes Presente e

Hospitalidades; e (iv) a comemoração do Dia da Integridade, com evento online que contou com a participação do convidado Max Gehringer para reflexão sobre o valor deste tema para a CPFL. Além disso, foram realizadas 12 reuniões do Comitê de Ética em 2021, para tratar de temas relacionados à gestão da ética, considerando sugestões, consultas e denúncias recebidas no período.

Relacionamento com a Comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Geração atua, destaca-se:

(i) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA (1% I.R.) – Em 2021, a CPFL Geração destinou R\$ 16,8 mil para o Fundo Municipal da Criança e Adolescente de 1 cidade;

(ii) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso – CMDI (1% I.R.) – Em 2021, a CPFL Geração destinou R\$ 17 mil ao Fundo Municipal da Pessoa Idosa de 1 município;

(iii) Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (1% I.R.) – Em 2021, a CPFL Geração destinou R\$ 16,8 mil de 1 município;

(iv) Apoio ao Pronas – Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (1% I.R.) – Em 2021, a CPFL Geração destinou R\$ 16,8 mil para apoiar um projeto de reabilitação e inclusão da pessoa com deficiência de 1 município;

Gestão de Recursos Humanos: Em 2021, treinamos 30 pessoas. Da base ativa de colaboradores, 92% já passou por algum treinamento. Foram 1,13 mil horas totais de treinamento, sendo dessas 413,9 horas de treinamento em formato online.

Rede de Valor: em 2021, foram realizados 2 encontros da Rede de Valor, que contaram com a participação de 80 parceiros e no qual foram abordados os seguintes temas: Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Segurança da Informação, ESG, Código de Ética para Fornecedores e Segurança do Trabalho. Assim como em 2020, os encontros de 2021 também foram em formato online por causa da pandemia.

7. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) foi contratada pela CPFL Geração para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG prestou, em 2021, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários agregados foram superiores a 8% do total de honorários recebidos pelo serviço de auditoria contábil (societária e regulatória).

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a KPMG prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza	Contratação	Duração
Asseguração de <i>covenants</i> financeiros	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Serviços de <i>compliance</i> tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Revisão da ECD Contábil do ano calendário 2019	01/06/2021	24 meses

Contratamos um total de R\$ 43 mil referentes aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 8% dos honorários de auditoria externa das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias referentes ao exercício social de 2021 da Companhia.

A contratação dos auditores independentes, conforme Estatuto Social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Conforme previsto pela Instrução CVM nº381/03, a KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Geração agradece às empresas com as quais desenvolve seus negócios, aos seus fornecedores e às comunidades em que atua, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2021. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

Sumário

(1) CONTEXTO OPERACIONAL	9
(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	13
(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	15
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO	27
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	27
(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	28
(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS	28
(8) TRIBUTOS A COMPENSAR.....	29
(9) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS.....	30
(10) ATIVO CONTRATUAL	33
(11) OUTROS ATIVOS.....	34
(12) INVESTIMENTOS	34
(13) IMOBILIZADO	39
(14) INTANGÍVEL	40
(15) FORNECEDORES	42
(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	42
(17) DEBÊNTURES.....	47
(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.....	48
(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	54
(20) PROVISÕES	54
(21) USO DO BEM PÚBLICO.....	57
(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR	57
(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	58
(24) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	60
(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	60
(26) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	61
(27) RESULTADO FINANCEIRO	61
(28) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	62
(29) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	63
(30) SEGUROS.....	66
(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	68
(33) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA.....	74
(34) COMPROMISSOS	74
(35) EVENTO SUBSEQUENTE	Erro! Indicador não definido.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	82.668	904.910	343.114	1.340.612
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	474.169	308.482
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	4.950	110	471.045	399.498
Dividendo e juros sobre o capital próprio	12	251.154	218.726	133.623	80.647
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	1.295	768	28.661	37.831
Outros tributos a compensar	8	2.904	459	72.207	116.440
Derivativos	32	508	-	508	60.338
Estoques		-	-	63.385	46.492
Ativo contratual	10	-	-	57.521	24.833
Outros ativos	11	28.068	8.807	93.542	217.000
Total do circulante		371.547	1.133.779	1.737.775	2.632.172
Não circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	28.214	38.274	48.256	243.272
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora	29	69.175	459.055	-	400.025
Depósitos judiciais	20	1	1	17.986	16.680
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	-	-	109.466	56.077
Outros tributos a compensar	8	-	-	12.217	6.388
Derivativos	32	-	-	32.724	27.741
Créditos fiscais diferidos	9	-	920	132.444	2.157
Outros ativos	11	-	-	108.413	80.545
Investimentos	12	4.738.295	4.538.035	1.186.894	1.015.918
Imobilizado	13	1.221	-	8.372.797	8.561.028
Ativo contratual	10	-	-	631.229	404.271
Intangível	14	7.072	8.762	2.491.073	2.472.226
Total do não circulante		4.843.978	5.045.046	13.143.497	13.286.328
Total do ativo		5.215.525	6.178.825	14.881.272	15.918.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante					
Fornecedores	15	6.370	4.200	290.661	196.560
Empréstimos e financiamentos	16	1.121	-	127.406	274.616
Debêntures	17	276.868	761.317	1.193.869	875.329
Entidade de previdência privada	18	-	12	7.786	3.161
Taxas regulamentares		-	-	23.464	22.921
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	-	-	154.691	57.767
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	1.121	630	46.376	72.132
Mútuos entre coligadas, controladas e controladora	29	-	-	24.787	2.025.022
Dividendo e juros sobre capital próprio		-	292.940	65.272	407.138
Obrigações estimadas com pessoal		797	662	13.117	11.708
Derivativos	32	990	1.354	990	1.354
Provisões para desmobilização e gastos ambientais	20	-	-	2.046	19.946
Uso do bem público	21	-	-	16.212	12.573
Outras contas a pagar	22	2.493	2.770	484.928	530.626
Total do circulante		289.760	1.063.884	2.451.604	4.510.855
Não circulante					
Fornecedores	15	2.033	2.107	49.053	122.223
Empréstimos e financiamentos	16	434.984	-	1.219.611	690.023
Debêntures	17	271.156	553.559	628.670	1.780.416
Mútuos entre coligadas, controladas e controladora	29	-	-	2.116.304	-
Entidade de previdência privada	18	53	-	39.949	49.298
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	-	-	5.305	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	-	-	874	839
Débitos fiscais diferidos	9	2.908	-	634.845	732.665
Provisões para desmobilização e gastos ambientais	20	16	-	283.258	223.446
Derivativos	32	6.543	-	6.543	-
Uso do bem público	21	-	-	141.118	112.055
Outras contas a pagar	22	475	789	58.016	42.703
Total do não circulante		718.168	556.455	5.183.544	3.753.668
Patrimônio líquido					
	23				
Capital social		2.022.783	935.783	2.022.783	935.783
Reserva de capital		105.411	106.617	105.411	106.617
Reserva legal		234.994	174.118	234.994	174.118
Reserva de retenção de lucros para investimento		157.852	157.852	157.852	157.852
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		395.193	1.963.860	395.193	1.963.860
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	1.087.000	-	1.087.000
Dividendo		1.170.400	-	1.170.400	-
Resultado abrangente acumulado		120.965	133.257	120.965	133.257
		4.207.597	4.558.486	4.207.597	4.558.486
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	12	-	-	3.038.527	3.095.492
Total do patrimônio líquido		4.207.597	4.558.486	7.246.124	7.653.977
Total do passivo e do patrimônio líquido		5.215.525	6.178.825	14.881.272	15.918.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	24	108.219	615.349	4.160.208	3.264.911
Custo do serviço					
Custo com energia elétrica	25	(59.526)	(33.613)	(509.006)	(370.535)
Custo com operação		(9.719)	(64.758)	(841.813)	(821.591)
Depreciação e amortização		-	(47.739)	(531.472)	(530.554)
Outros custos com operação	26	(9.719)	(17.019)	(310.341)	(291.037)
Custo do serviço prestado a terceiros	26	-	-	(455.702)	(121.045)
Lucro operacional bruto		38.974	516.978	2.353.687	1.951.740
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		1	(2.287)	(344)	(2.534)
Depreciação e amortização		-	(26)	-	(26)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		1	(34)	(344)	(64)
Outras despesas com vendas	26	-	(2.227)	-	(2.444)
Despesas gerais e administrativas		(11.664)	(28.959)	(244.474)	(179.721)
Depreciação e amortização		(1.778)	(1.354)	(11.149)	849
Outras despesas gerais e administrativas	26	(9.886)	(27.605)	(233.325)	(180.570)
Outras despesas operacionais		(39)	(7.427)	(210.012)	(216.714)
Amortização de intangível da concessão		-	(7.475)	(168.122)	(168.481)
Outras despesas operacionais	26	(39)	48	(41.890)	(48.233)
Resultado do serviço		27.272	478.306	1.898.858	1.552.771
Resultado de participações societárias	12	1.199.688	876.414	518.560	409.606
Resultado financeiro	27				
Receitas financeiras		47.789	20.702	129.322	124.488
Despesas financeiras		(47.656)	(63.405)	(410.123)	(506.891)
		133	(42.703)	(280.801)	(382.403)
Lucro antes dos tributos		1.227.093	1.312.016	2.136.617	1.579.973
Contribuição social	9	(2.483)	(30.017)	(41.444)	10.425
Imposto de renda	9	(7.097)	(83.662)	(86.752)	54.150
		(9.580)	(113.679)	(128.196)	64.574
Lucro líquido do exercício		1.217.513	1.198.337	2.008.421	1.644.548
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores		-	-	1.217.513	1.198.337
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	790.909	446.211
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		5,41	6,06	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.217.513	1.198.337	2.008.421	1.644.548
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (perdas) atuariais, líquidas dos efeitos tributários	1.621	(23.803)	1.566	(23.803)
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	(149)	(1.094)	(94)	(1.094)
Resultado abrangente do exercício	1.218.984	1.173.439	2.009.893	1.619.650
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores			1.218.984	1.173.439
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores			790.909	446.211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				Resultado abrangente acumulado					Participação de acionistas não controladores			
	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de Lucro a Realizar	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Dividendo	Custo atribuído	Entidade de previdência privada	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	935.783	106.617	174.118	2.121.712	1.087.000	-	162.238	(29.131)	149	-	4.558.486	3.095.492	7.653.977
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.621	(149)	1.217.513	1.216.984	790.909	2.008.893
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	(149)	-	(149)	-	(149)
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	1.621	-	-	1.621	-	1.621
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	60.876	(1.568.667)	-	-	(13.762)	-	-	1.521.554	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	(13.762)	-	-	13.762	-	-	-
Reversão parcial da reserva estatutária de reforço de capital de giro	-	-	-	(1.568.667)	-	-	-	-	-	1.568.667	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	60.876	-	-	-	-	-	-	(60.876)	-	-	-
Transações de capital com os acionistas	1.087.000	(1.205)	-	-	(1.087.000)	1.170.400	-	-	-	(2.739.067)	(1.569.873)	(847.873)	(2.417.746)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(877.617)	(877.617)	-	(877.617)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(691.050)	(691.050)	-	(691.050)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	1.170.400	-	-	-	(1.170.400)	-	-	-
Dividendos distribuídos a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(850.841)	(850.841)
Aumento de capital por integralização de AFAC	1.087.000	-	-	-	(1.087.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	(1.205)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1,205)	1,373	168
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,595	1,595
Saldos em 31 dezembro de 2021	2.022.783	105.411	234.994	553.045	-	1.170.400	148.476	(27.510)	-	-	4.207.597	3.038.527	7.246.124

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				Resultado abrangente acumulado					Participação de acionistas não controladores		
	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de Lucro a Realizar	Custo atribuído	Entidade de previdência privada	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.043.922	165.636	147.540	1.409.836	340.422	(39.847)	1.244	-	-	3.068.752	2.333.688	5.402.440
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	-	-	-	-	-	-	-	1.198.337	1.198.337	446.211	-	1.644.548
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	(1.094)	-	-	(1.094)	-	(1.094)
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	(23.803)	-	-	-	(23.803)	-	(23.803)
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	216.758	-	-	26.982	243.740	-	-	243.740
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	(73.698)	-	-	(9,174)	(82,872)	-	-	(82,872)
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	(4,885)	-	-	4,885	-	-	-	-
Efeito reflexo da realização do custo atribuído	-	-	26,578	-	-	-	-	(26,578)	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	711,876	-	-	-	(711,876)	-	-	-	-
Constituição de reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	-	-	-	-	(103,317)	(103,317)	-	-	(103,317)
Juros sobre o capital próprio Intermediário	-	-	-	-	-	-	-	(205,120)	(205,120)	-	-	(205,120)
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(156,956)	(156,956)
Dividendos distribuídos a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cisão	(108,139)	-	-	-	(316,359)	34,519	-	(174,139)	(564,117)	420,097	-	(144,020)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	1,087,000	1,087,000	-	-	1,087,000
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	(59,020)	-	-	-	-	-	-	(59,020)	52,451	-	(6,569)
Saldos em 31 dezembro de 2020	935.783	106.616	174.118	2.121.712	162.237	(29.131)	150	1.087.000	-	4.558.485	3.095.492	7.653.978

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL Geração Energia S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes dos tributos	1.227.093	1.312.016	2.136.617	1.579.973
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	1.778	56.593	710.742	698.213
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16	251	84.619	20.406
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	34	352	64
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	13.345	69.005	342.013	402.674
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	-	2.279	4.030	2.982
Equivalência patrimonial	(1.199.688)	(876.414)	(518.560)	(409.606)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	-	(119)	10.473	15.368
PIS e COFINS diferidos	-	-	3.767	13.434
Repactuação do risco hidrológico	-	-	(176.320)	-
Outros	-	-	34.343	(55.163)
	42.544	563.645	2.632.075	2.268.345
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5.219	(7.446)	123.848	(101.037)
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	1.195.365	523.064	294.609	410.919
Tributos a compensar	2.587	(8.935)	(141.184)	(190.102)
Depósitos judiciais	-	(898)	(486)	(796)
Adições de ativo contratual em curso	-	-	(316.496)	(134.104)
Outros ativos operacionais	(19.132)	513	125.347	(90.134)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	2.097	(4.617)	(4.650)	45.081
Outros tributos e contribuições sociais	491	(14.453)	78.133	49.151
Outras obrigações com entidade de previdência privada	41	(1.750)	(5.566)	(1.986)
Taxas regulamentares	-	(30)	543	(474)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	-	(278)	(4.797)	(325)
Outros passivos operacionais	(456)	(1.444)	9.210	163.786
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	1.228.756	1.047.372	2.790.586	2.418.325
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(32.250)	(63.800)	(142.365)	(282.236)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.033)	(102.432)	(241.839)	(224.372)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	1.189.473	881.140	2.406.382	1.911.717
Atividades de investimentos				
Aumento de capital em investidas	-	(3.348)	-	(3.348)
Aumento de caixa decorrente de reestruturação societária	-	-	-	1.890
Aquisições de imobilizado	(1.227)	(5.872)	(451.744)	(270.538)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	-	(5.400)	(247.949)	(395.083)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	-	5.400	77.986	1.094.399
Adições de Intangível	(209)	(4.313)	(14.275)	(12.697)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(228.100)	(190.500)	-	-
Mútuos concedidos a controladas e coligadas	(34.624)	(467.050)	-	(400.000)
Recebimento de mútuos com controladas e coligadas	440.837	8.040	413.978	-
Outros	-	-	2.319	(1.964)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	176.677	(663.043)	(219.685)	12.659
Atividades de financiamentos				
Aumento de capital por acionistas não controladores	-	-	-	(5.859)
Aumento de caixa em função de aumento de participação societária	-	-	-	6.563
Captação de empréstimos e debêntures	440.000	-	639.148	123.000
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(774.038)	(529.222)	(1.163.597)	(3.918.606)
Liquidação de operações com derivativos	7.254	95.047	77.281	97.051
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.087.000	-	1.087.000
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(1.861.607)	(53.937)	(2.761.036)	(122.451)
Captações de mútuos com controladas e coligadas	-	-	24.926	1.999.998
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	-	-	(917)	(446.192)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(2.188.391)	598.888	(3.184.195)	(1.179.496)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(822.241)	816.985	(997.498)	744.879
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	904.910	87.925	1.340.612	595.732
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	82.669	904.909	343.114	1.340.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
1 - Receita	121.011	690.781	4.908.259	3.802.980
1.1 Receita de venda de energia e serviços	119.702	679.739	4.182.551	3.389.245
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	1.308	11.077	445.504	280.376
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	-	-	280.556	133.423
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1	(34)	(351)	(64)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(73.514)	(62.133)	(1.853.905)	(1.125.231)
2.1 Custo com energia elétrica	(65.506)	(36.921)	(543.920)	(391.649)
2.2 Material	(1.383)	(6.841)	(435.264)	(167.950)
2.3 Serviços de terceiros	(5.812)	(15.568)	(709.734)	(450.884)
2.4 Outros	(813)	(2.803)	(164.990)	(114.748)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	47.497	628.649	3.054.355	2.677.750
4 - Retenções	(1.778)	(56.594)	(714.643)	(702.151)
4.1 Depreciação e amortização	(1.778)	(49.119)	(546.521)	(533.670)
4.2 Amortização do intangível de concessão	-	(7.475)	(168.122)	(168.481)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	45.719	572.055	2.339.709	1.975.598
6 - Valor adicionado recebido em transferência	1.249.154	897.758	651.306	536.459
6.1 Receitas financeiras	49.466	21.344	132.746	126.854
6.2 Equivalência patrimonial	1.199.688	876.414	518.560	409.605
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.294.868	1.469.813	2.991.015	2.512.058
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	10.123	27.932	121.491	127.185
8.1.1 Remuneração direta	8.052	16.325	94.157	88.813
8.1.2 Benefícios	1.651	10.223	20.250	31.207
8.1.3 F.G.T.S	421	1.384	7.083	7.166
8.2 Impostos, taxas e contribuições	18.828	179.756	411.414	184.204
8.2.1 Federais	18.360	179.253	409.398	183.316
8.2.2 Estaduais	-	21	1.518	376
8.2.3 Municipais	468	483	498	513
8.3 Remuneração de capital de terceiros	48.404	63.788	449.690	556.120
8.3.1 Juros	47.650	63.341	413.028	506.401
8.3.2 Aluguéis	754	447	36.662	49.719
8.4 Remuneração de capital próprio	1.217.513	1.198.337	2.008.421	1.644.549
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	-	103.317	-	103.317
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	1.170.400	205.120	2.062.722	980.277
8.4.3 Lucros retidos	47.113	889.900	(54.301)	560.955
	1.294.868	1.469.813	2.991.015	2.512.058

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital aberto, que atua no negócio de geração de energia e com participação no capital social de outras Companhias. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1632, Jardim Professora Tarcília, CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e empreendimentos controlados em conjunto:

Empresas consolidadas - Controladas

CERAN - Companhia Energética Rio das Antas ("CERAN")

A Companhia detém e controla com participação de 65%, a CERAN que é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração dos aproveitamentos hidrelétricos de Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada prevista, conforme contrato de concessão é de 360 MW. O início da operação da Usina Hidrelétrica ("UHE") Monte Claro foi em dezembro de 2004, da UHE Castro Alves em março de 2008 e da UHE 14 de Julho em dezembro de 2008. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis")

A Companhia detém e controla com participação de 50,85%, a CPFL Renováveis que é uma sociedade por ações de capital aberto, que possui operação nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná e Rio Grande do Sul e Goiás, e tem como principais atividades (i) o investimento em sociedades no segmento de energias renováveis, (ii) a identificação, desenvolvimento e exploração de potenciais de geração e (iii) comercialização de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2021, a CPFL Renováveis era composta por um portfólio de 108 empreendimentos com 3,1 GW de capacidade instalada (3.090,4 MW em operação), sendo:

- Geração de energia hidrelétrica: 47 pequenas centrais hidrelétricas e centrais geradoras hidrelétricas – PCHs/CGHs (485 MW) com 46 PCHs/CGHs em operação (457,1 MW) e 1 PCH em construção (28 MW), 3 usinas hidroelétricas – UHEs em operação (848 MW - 51,54% sobre a energia assegurada e potência da UHE Serra da Mesa, cuja concessão pertence a Furnas, 25,01% da BAESA - Energética Barra Grande S.A. "BAESA" e 100% de Rio do Peixe);
- Geração de energia eólica: 49 empreendimentos em operação (1.390,2 MW)
- Geração de energia a partir de biomassa: 8 usinas em operação (394 MW);
- Geração de energia solar: 1 usina solar em operação (1,1 MW).

No dia 29 de setembro de 2021, foi publicado o despacho nº 3032, que considera o Parque Eólico Farol de Touros (integrante do Complexo Eólico Gameleira), com 24,9 MW de capacidade instalada, localizado no município de Touros no Rio Grande do Norte, apto para entrada em operação na sua completude a partir do dia 30 de setembro de 2021.

Com isso, o Complexo Eólico Gameleira, que conta ainda com os parques Costa das Dunas, Figueira Branca e Gameleira, está 100% em operação, com capacidade instalada total de 81,7 MW. O complexo conta com Garantia Física de 41,0 MW médios, com 12,0 MW médios contratado no Leilão A-6 de 2018 e 29,0 MW médios vendidos no Mercado Livre (ACL).

Conforme Fato Relevante publicado em 30 de setembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a segunda etapa do plano de reestruturação societária com objetivo de integração da CPFL Renováveis, em continuidade à comunicação realizada por meio do fato relevante datado de 21 de maio de 2019.

A Reestruturação Societária foi anuída pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) em 22 de setembro de 2020. Com a reestruturação, a CPFL Renováveis passa a deter as concessões das Usinas Hidrelétricas (“UHES”) Macaco Branco e Rio do Peixe, com potência total instalada de 2,4 MW e 18,1 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. Essas usinas operam em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com receitas anuais de geração definidas por Resolução Homologatória da ANEEL.

As concessões da CPFL Renováveis se encerrarão em 2042, prazo final das outorgas de Macaco Branco e Rio do Peixe, não podendo ser prorrogadas. Possui ainda parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”) e o prazo de concessão se encerrará em 2040. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,6 MW médios).

CPFL Transmissão de Energia Piracicaba Ltda. (“CPFL Piracicaba”)

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Piracicaba é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em 2012, pela CPFL Geração, para operar na concessão vencida no Leilão de Transmissão ANEEL 007/2012, para a construção e operação de uma subestação de 440 kV, localizada no município de Piracicaba, no Estado de São Paulo, além de uma linha de transmissão de aproximadamente 6,5 km de extensão que foi transferida para a CTEEP conforme previsto no edital do Leilão. O serviço de transmissão da rede básica, iniciou suas operações em 02 de julho de 2015.

CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda. (“CPFL Morro Agudo”)

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Morro Agudo é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em janeiro de 2015 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 007/2014, estando em construção uma subestação de 500/138 kV, localizada no município de Morro Agudo, no Estado de São Paulo, bem como uma linha de transmissão de aproximadamente 1 km de extensão, que será transferida para a Ribeirão Preto Transmissão de Energia S.A. – RPTE, conforme previsto no edital do Leilão. O serviço de transmissão da rede básica, iniciou suas operações em 02 de julho de 2017.

CPFL Transmissão de Energia Maracanaú Ltda. (“CPFL Maracanaú”)

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Maracanaú é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em julho de 2018 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 002/2018, uma subestação de 230/69 kV – 3X150MVA, localizada no município de Maracanaú, no Estado do Ceará, além de um trecho de linha de transmissão de aproximadamente 2km de extensão. O início das obras ocorreu em novembro de 2020 e o início das operações está previsto para fevereiro de 2022.

CPFL Transmissão de Energia Sul I Ltda. (“CPFL Sul I”)

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Sul I é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em março de 2019 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão relacionadas ao Lote 05 do Leilão de Transmissão ANEEL 004/2018, constituído por um novo pátio de 230 kV na SE Itá, com três bancos de transformadores 525/230 kV e duas linhas de transmissão em circuito duplo 230 kV a partir dessa subestação, sendo a primeira para a SE Pinhalzinho 2 com 105 km de extensão, e a segunda para a SE Xanxerê com 55 km. O início das obras ocorreu em abril de 2020 e início das operações está previsto a partir de fevereiro de 2022.

CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda. (“CPFL Sul II”)

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Sul II é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em março de 2019 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão relacionadas ao Lote 11 do Leilão de Transmissão ANEEL 004/2018, quais sejam, a implantação da SE Porto Alegre 1 230/ 69 /13,8 kV- 3X83MVA, da SE Vila Maria 230 / 138 / 13,8 kV – 2X150MVA fruto do seccionamento da linha de transmissão 230kV Passo Fundo - Nova Prata, a implantação da SE Osório 3 230 kV a partir do seccionamento da linha de transmissão 230 kV Lagoa dos Barros – Osório 2, e ainda a implantação de outros três trechos de linha 230 kV em circuito simples, sendo o primeiro com aproximadamente 66 km ligando a SE Osório 3 – Gravataí 3, o segundo (subterrâneo) com aproximadamente 3,6 km ligando a SE Porto Alegre 1- SE Jardim Botânico e o terceiro (subterrâneo) com aproximadamente 4 km ligando a SE Porto Alegre 1 – SE Porto Alegre 8. O início das obras ocorreu em novembro de 2019 e o início das operações está previsto a partir de março de 2022.

Empreendimentos controlados em conjunto

Campos Novos Energia S.A. (“ENERCAN”)

Controlado em conjunto com participação de 48,72%, a ENERCAN é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração do aproveitamento Hidrelétrico de Campos Novos, localizado no Rio Canoas, no Estado de Santa Catarina, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 880 MW. O início da operação comercial ocorreu em 2007, sendo que 2 turbinas entraram em operação em fevereiro e a terceira e última turbina em maio do mesmo ano. A concessão se encerra em 2035, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. (“EPASA”)

Controlado em conjunto com participação de 53,34% a partir de 01 de fevereiro de 2015, a EPASA é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo desenvolver, implementar, operar e explorar 2 (duas) Usinas Termoelétricas (“UTE”), denominadas “UTE Termoparaíba” e “UTE Termonordeste”, ambas movidas a óleo combustível, cuja potência instalada é de 170,8 MW cada, que entraram em operação respectivamente em 24 de dezembro de 2010 e 13 de janeiro de 2011. As referidas usinas receberam autorização por 35 anos para serem exploradas por meio de regime de produção independente de energia elétrica.

As UTEs Termonordeste e Termoparaíba tiveram 100% de sua energia vendida no Leilão 002/2007-ANEEL, por um período de 15 anos a partir de janeiro de 2010, por meio de contratos por Disponibilidade de Energia Elétrica. Assim, quando o Operador Nacional do Sistema (ONS) emite um comando de despacho, este custo da energia gerada é pago pelas Distribuidoras compradoras no leilão, pagando-se pelo preço do Custo Variável Unitário (“CVU”) declarado pela energia gerada. Assim, há 2 tipos de Receita nas UTEs:

- Receita fixa: que é representada pela remuneração anual de cada UTE, conforme negociado no leilão, que reflete a receita de disponibilidade da UTE.
- Receita variável: refere-se à receita da energia gerada pelas UTEs e valorada ao CVU, que é o valor do custo variável para cada MW/h gerado pelas UTEs, expresso em R\$/MWh. O CVU compõe-se de duas parcelas: a primeira vinculada ao custo do combustível, e a segunda vinculada aos demais custos variáveis.

Chapecoense Geração S.A. (“Chapecoense”)

Controlado em conjunto com participação de 51%, a Chapecoense é uma sociedade por ações de capital fechado que detém a participação integral na Foz do Chapecó Energia S.A. (“Foz do Chapecó”), sendo também uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó, localizado no Rio Uruguai na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada é de 855 MW. Em 2010, entraram em operação 3 (três) unidades geradoras com potência instalada de 213,75 MW cada, cujas datas foram 14 de outubro, 23 de novembro, 30 de dezembro, sendo que a quarta e última unidade entrou em operação em 12 de março de 2011. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

Capital Circulante Líquido Negativo

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 713.829.

A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros, suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido, através do suporte que a Controladora CPFL Energia tem como um todo em caso de eventuais necessidades de caixa para honrar com os compromissos.

1.1 Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto à época, aumentaram de certa forma o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos para minimizar impactos econômicos que o COVID -19 possa provocar.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de *home office*, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas tendo em vista o cenário da pandemia, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;
- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações estão sendo direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;
- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento, assim como a retomada após as medidas de flexibilização, de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia;
- Monitoramento de sobrecontratação das distribuidoras do Grupo em função da redução da carga e consequentes sobras de energia superiores aos 5% previstos nos requisitos regulatórios;
- Monitoramento da inadimplência, especialmente sob a luz da suspensão dos cortes por inadimplência para as subclasses residenciais de baixa renda a partir de 1 de abril até 30 de junho de 2021, o qual foi prorrogado até 30 de setembro de 2021, conforme REN nº 936 da ANEEL. Além de regras específicas a serem atendidas para que possam ser efetuados os cortes nas demais classes consumidoras e restrições na cobrança de multa e juros por inadimplência.

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados, as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL, adotaram algumas medidas durante o período:

- Isenção aos consumidores de baixa renda com consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) do pagamento da conta de energia elétrica, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020.
- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de COVID 19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

A Conta COVID destinou-se a receber recursos para cobrir déficits ou antecipar receitas, total ou parcialmente, às concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, referentes: i) aos efeitos da sobrecontratação de abril a dezembro de 2020; ii) à constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA entre a data de homologação do último processo tarifário e dezembro de 2020; iii) à neutralidade dos encargos setoriais de abril a dezembro de 2020; iv) à postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data, enquanto perdurarem os efeitos da postergação; v) saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e vi) antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”.

A disponibilização de tais recursos (exceto para o item “iv” apresentado acima) foi limitada aos efeitos da pandemia estimados pela ANEEL para cada distribuidora, sendo: i) redução de faturamento e de arrecadação, até dezembro de 2020, decorrentes dos efeitos do estado de calamidade pública; e ii) valores estimados de diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A.

A CCEE contratou a operação de crédito para aportar recursos à Conta COVID e efetuou o repasse às distribuidoras até janeiro de 2021, conforme a necessidade declarada por elas individualmente, limitada aos valores homologados pela ANEEL. O pagamento dos recursos provenientes da operação de crédito está sendo feito por meio de encargo, denominado CDE COVID, homologado pela ANEEL e cobrado dos consumidores a partir dos processos tarifários de 2021 durante o tempo necessário para a quitação da referida operação.

O efeito financeiro e econômico para Companhia e suas controladas ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos. A Companhia e suas controladas continuarão monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Companhia e suas controladas também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 14 de março de 2022.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 32 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 9 – Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 10 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 11 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 18 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 20 – Provisões (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 32 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia das controladas, e dos empreendimentos controlados em conjunto é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A Administração da Companhia utiliza-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em atividades de geração e transmissão de energia elétrica, em uma única natureza, (“Geração”).

2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto pelas empresas ENERCAN, BAESA, Chapecoense e EPASA que são registradas por equivalência patrimonial, as demais entidades são consolidadas de forma integral. Apesar de deter mais do que 50% da participação acionária das entidades EPASA e Chapecoense, a Companhia controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos, uma vez que a análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros, detida nas controladas CERAN e subsidiárias não integrais da CPFL Renováveis.

2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo

prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Contratos de concessão

Transmissoras:

As transmissoras controladas da Companhia, são responsáveis por construir e operar a infraestrutura de transmissão com o objetivo de transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, de acordo com seus contratos de concessão.

A transmissora de energia tem a obrigação de manter sua infraestrutura de transmissão disponível para seus usuários para garantir o recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização ao final do contrato de concessão.

A infraestrutura de transmissão é classificada como ativo contratual. O direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo.

3.3 Instrumentos financeiros

– Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos

	que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.
--	---

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 32). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

– Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 32.

– Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2 % a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de geração e transmissão de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

3.5 Intangível e Ativo Contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, *software* e servidão de passagem.

O ágio (“*goodwill*”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio, somando a parcela dos acionistas não controladores, e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como “amortização de intangível de concessão” em outras despesas operacionais.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter duas origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:

- (i) Adquiridos através de combinações de negócios: a parcela oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão amortizada linearmente.
- (ii) Uso do Bem Público: algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período de cada concessão.

Repactuação do risco hidrológico (*Generation Scaling Factor - GSF*)

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel. nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC 04 tendo em vista tratar-se de um ativo intangível relacionado ao direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos. Adicionalmente considerando-se também por analogia condições previstas no referido CPC 04, o ativo que pode ser constituído pela repactuação do risco não hidrológico, é reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, e tendo como base os parâmetros que são determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. Tais montantes são transformados pela ANEEL em extensão do prazo da outorga.

Essa compensação aos geradores hidroelétricos que ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, é reconhecida como um intangível em contrapartida a compensação de custos com energia elétrica. Vide notas explicativas 12 e 14.1 e 25.

3.6 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

– Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando

informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 / IFRS 9 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

– Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio (“*goodwill*”), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do

desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.8 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão, sendo consideradas patrocinadoras destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- (i) Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- (ii) Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.9 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir a parcela do lucro estabelecida no Estatuto Social como dividendo obrigatório não podendo este ser inferior a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei 6404/76, ou se o Estatuto for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supramencionado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço anual ou semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.10 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de suprimento da Companhia e suas controladas proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura das transmissoras é registrada de acordo com o CPC 47 / IFRS 15, tendo como contrapartida um ativo contratual.

As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são:

- Receita de construção: Refere-se aos serviços de construção das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras.
- Componente de financiamento: Refere-se aos juros reconhecidos pelo regime de competência sobre o montante a receber da receita de construção.
- Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

Em 2021 as receitas provenientes de clientes que representam 10% ou mais do total de receitas da Companhia, estão representadas por Furnas R\$ 1.132.867 (31%).

3.11 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. A Companhia e suas controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.12 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.13 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método da aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é geralmente mensurada pelo valor justo, que é calculada pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) transações com pagamento baseado em ações.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como *ágio* ("goodwill"). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

3.14 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

A Companhia mensura o *ágio* como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não-controladores na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

(ii) Controladas e empreendimentos controlados em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia.

As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras da controlada CPFL Renováveis são consolidadas integralmente com as de suas respectivas controladas.

Saldos e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da CPFL Geração na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 12.4.3.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Conseqüentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

3.15 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia adotou inicialmente as alterações ao CPC 15/IFRS 3 sobre definição de um negócio, e alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7 CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2021. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

3.16 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. A companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas

(b) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC23/IAS 8)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(c) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(d) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Alterações de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Imobilizado, Intangível e ativo contratual

O valor justo dos itens do ativo imobilizado, do intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 32), e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldos bancários	1.694	1.921	17.284	229.926
Aplicações financeiras	80.974	902.988	325.831	1.110.686
Título de crédito privado (a)	80.974	902.988	282.235	1.019.480
Fundos de investimento (b)	-	-	43.596	91.206
Total	82.668	904.910	343.114	1.340.612

- a) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) no montante de R\$ 169.083 (R\$ 963.370 em 31 de dezembro de 2020), (ii) Operações Compromissadas em debêntures no montante de R\$ 113.152 (R\$ 56.110 em 31 de dezembro de 2020) realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional. Todos com liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente na média de 102,29% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) para CDB e 81,74% para Operações Compromissadas (100% do CDI para CDB e 70% do CDI para Operações Compromissadas em 31 de dezembro de 2020).
- b) Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente na média de 101,4% do CDI (81,03% do CDI em 31 de dezembro de 2020), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB’s, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Títulos e valores mobiliários	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Através de fundos de investimentos (a)	474.169	308.482
Total	474.169	308.482

(a) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira ("LF") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 101,4% do CDI (81,64% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Controladora				Consolidado				
	vincendos	> 90 dias	31/12/2021	31/12/2020	vincendos	até 90 dias	> 90 dias	31/12/2021	31/12/2020
Circulante									
Operações realizadas na CCEE (a)	6	-	6	6	70.196	14.276	181	84.653	88.296
Concessionárias e permissionárias (b)	4.783	206	4.989	207	362.152	13.149	11.496	386.797	311.335
Outros	402	-	402	345	399	-	37	436	372
	<u>5.191</u>	<u>206</u>	<u>5.397</u>	<u>558</u>	<u>432.747</u>	<u>27.425</u>	<u>11.714</u>	<u>471.885</u>	<u>400.003</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(447)	(448)				(839)	(504)
Total			<u>4.950</u>	<u>110</u>				<u>471.045</u>	<u>399.498</u>
Não circulante									
Operações realizadas na CCEE (a)	-	28.214	28.214	38.274	-	-	48.256	48.256	243.272
Total	<u>-</u>	<u>28.214</u>	<u>28.214</u>	<u>38.274</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48.256</u>	<u>48.256</u>	<u>243.272</u>

a) Operações realizadas na CCEE

O saldo do circulante refere-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica na controlada CPFL Renováveis. O saldo do não circulante de R\$ 48.256 refere-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente: (i) ajustes de contabilizações realizados pela CCEE para contemplar determinações judiciais (liminares) nos processos de contabilização para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 e (ii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE. A Companhia e suas controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

b) Concessionárias e Permissionárias

No saldo consolidado está composto:

- R\$ 340.019 (R\$ 280.118 em 31 de dezembro de 2020) referente a energia produzida pela controlada CPFL Renováveis que basicamente é comercializada como PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, junto à Eletrobrás e mercado livre;
- R\$ 41.063 (R\$ 30.361 em 31 de dezembro de 2020) decorrente da energia produzida pela CERAN que é comercializada essencialmente com a CPFL Paulista, a CPFL Piratininga e a CPFL Brasil;
- R\$ 4.683 referente principalmente ao saldo a receber de contratos bilaterais.
- R\$ 1.032 (R\$ 649 em 31 de dezembro de 2020) referente à Transmissão de energia elétrica e Uso de rede elétrica; e

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrita na nota explicativa 32 d.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2019	(448)	(327)	(775)
Reestruturação societária	(25)	(23)	(48)
Provisão revertida (constituída) líquida	(50)	(2)	(52)
Baixa de contas a receber provisionadas	19	-	19
Saldo em 31/12/2020	(504)	(352)	(856)
Provisão revertida (constituída) líquida	(335)	(27)	(362)
Saldo em 31/12/2021	(839)	(379)	(1.218)
Circulante	(839)	(379)	(1.218)

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				
Antecipações de contribuição social - CSLL	314	215	907	985
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	967	551	8.929	2.315
Imposto de renda e contribuição social a compensar	14	2	18.825	34.530
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.295	768	28.660	37.830
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.852	452	21.699	58.916
ICMS a compensar	-	-	5.195	6.285
Programa de integração social - PIS	9	1	8.010	10.687
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	43	5	36.710	37.827
Outros	-	-	593	2.725
Outros tributos a compensar	2.904	459	72.207	116.440
Total Circulante	4.199	1.227	100.868	154.271
Não circulante				
Contribuição social a compensar - CSLL	-	-	6.569	27
Imposto de renda a compensar - IRPJ	-	-	102.898	56.050
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	-	109.466	56.077
ICMS a compensar	-	-	3.535	2.808
Programa de integração social - PIS	-	-	1.551	-
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	-	3.601	50
Outros	-	-	3.530	3.580
Outros tributos a compensar	-	-	12.217	6.388
Total não circulante	-	-	121.683	62.465

Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF - No consolidado em 31 de dezembro de 2021, inclui-se o montante de R\$ 17.471 (R\$ 57.496 em 31 de dezembro de 2020) da controlada CPFL Renováveis, referente a retenções sobre

aplicações financeiras, que conforme expectativa da Administração será compensado com recolhimento de imposto de renda.

PIS/COFINS - No circulante consolidado em 31 de dezembro de 2021, inclui o montante de R\$ 43.280 (R\$ 47.888 em 31 de dezembro de 2020) que representa os créditos apurados pela controlada CPFL Renováveis retidos de órgãos públicos sobre a venda de energia.

(9) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 – Composição dos créditos e débitos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Crédito (Débito) de contribuição social				
Bases negativas	-	-	143.290	94.138
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(770)	244	(273.409)	(284.585)
Subtotal	(770)	244	(130.119)	(190.447)
Crédito (Débito) de imposto de renda				
Prejuízos fiscais	-	-	398.161	261.356
Benefício fiscal do intangível incorporado	-	-	8.184	9.800
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(2.138)	677	(751.791)	(788.148)
Subtotal	(2.138)	677	(345.446)	(516.992)
Crédito (Débito) de PIS e COFINS				
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	-	-	(26.835)	(23.069)
Total	(2.908)	920	(502.401)	(730.508)
Total crédito fiscal	-	920	132.444	2.157
Total débito fiscal	(2.908)	-	(634.845)	(732.665)

9.2 – Benefício fiscal do intangível incorporado

O benefício fiscal do intangível incorporado é oriundo da incorporação societária, em 2007, da SEMESA S.A. pela Companhia e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 14.

9.3 – Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

	Controladora			
	31/12/2021		31/12/2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2	4	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	40	112	40	112
Provisão relacionada a pessoal	59	164	48	134
Derivativos	(482)	(1.339)	88	244
Marcação a Mercado- Derivativos	1.114	3.095	34	94
Marcação a Mercado- Dívidas	(1.524)	(4.235)	-	-
Outros	22	60	33	92
Total	(770)	(2.138)	244	677

	Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	151	419	-	159	442	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	40	112	-	40	112	-
Provisão relacionada a pessoal	561	1.559	-	550	1.529	-
Derivativos	(2.666)	(7.405)	-	(5.295)	(14.709)	-
Registro da concessão - ajuste do intangível	(1.814)	(3.360)	(6.131)	-	-	-
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(6.292)	(11.651)	(20.704)	(2.923)	(6.082)	(23.069)
Marcação a Mercado - Derivativos	1.236	3.435	-	34	94	-
Marcação a Mercado - Dívidas	(1.727)	(4.799)	-	(181)	(503)	-
Depreciação acelerada incentivada	(26.887)	(74.686)	-	(26.930)	(74.805)	-
Outros	(7.151)	(20.021)	-	(2.919)	(19.149)	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado						
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído	(39.157)	(108.769)	-	(40.438)	(112.327)	-
Perdas atuariais	162	450	-	162	450	-
Marcação a Mercado - Derivativos	-	-	-	21	60	-
Marcação a Mercado - Dívidas	-	-	-	(62)	(171)	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - combinação de negócios CPFL Renováveis						
Impostos diferidos - ativo:						
Combinação de negócios						
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	15.779	43.829	-	16.965	47.125	-
Impostos diferidos - passivo:						
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(16.375)	(45.487)	-	(18.323)	(50.897)	-
Intangível - direito de exploração/autorização em controladas indiretas adquiridas	(189.268)	(525.417)	-	(205.445)	(559.317)	-
Total	(273.409)	(751.791)	(26.835)	(284.585)	(788.148)	(23.069)

9.4 – Expectativa de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros.

Sua composição é como segue:

	Controladora	Consolidado
Expectativa de recuperação		
2022	4.534	94.121
2023	26	78.702
2024	26	86.060
2025	26	89.909
2026	26	65.784
2027 a 2029	27	202.790
Total	4.666	617.368

9.5 – Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda, registrados nos resultados dos exercícios de 2021 e 2020:

	Controladora			
	2021		2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	1.227.093	1.227.093	1.312.016	1.312.016
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de participações societárias	(1.199.688)	(1.199.688)	(876.414)	(876.414)
Amortização de intangível adquirido	(517)	-	(564)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	(103.317)	(103.317)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	704	982	1.801	2.364
Base de cálculo	27.592	28.387	333.523	334.649
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	(2.483)	(7.097)	(30.017)	(83.662)
Corrente	(1.470)	(4.282)	(30.405)	(83.771)
Diferido	(1.013)	(2.815)	388	109

	Consolidado			
	2021		2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	2.136.617	2.136.617	1.579.973	1.579.973
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de participações societárias	(518.560)	(518.560)	(409.606)	(409.606)
Amortização de intangível adquirido	(517)	-	(564)	-
Efeito regime lucro presumido	(628.711)	(715.367)	(499.315)	(572.715)
Juros sobre o capital próprio	-	-	(103.317)	(103.317)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	70.490	72.190	121.129	98.097
Base de cálculo	1.059.319	974.880	688.300	592.432
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(95.339)	(243.720)	(61.947)	(148.108)
Ajustes de créditos fiscais	53.895	156.970	72.372	202.259
Total	(41.444)	(86.752)	10.425	54.150
Corrente	(101.116)	(256.480)	(69.401)	(172.657)
Diferido	59.673	169.728	79.826	226.807

Ajustes de créditos fiscais – O crédito fiscal constituído corresponde à parcela do crédito fiscal sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros. A parcela de crédito não constituído corresponde ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há provável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção. A receita de imposto de renda e contribuição social diferidos registrada no resultado do exercício de R\$ 210.865 refere-se a (i) prejuízo fiscal e base negativa (receita de R\$ 185.957 em 2021 e receita de R\$ 267.721 em 2020); (ii) benefício fiscal do ágio incorporado (despesa de R\$ 1.616 em 2021 e despesa de R\$ 969 em 2020) e (iii) diferenças temporárias (receita de R\$ 26.524 em 2021 e receita de R\$ 39.881 em 2020).

Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2021, a controlada CPFL Renováveis possui créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não reconhecidos no montante de R\$ 292.018 (R\$ 576.370 em 31 de dezembro de 2020), por não haver, naquele momento, provável certeza de geração de lucros tributáveis futuros. Este montante pode ser objeto de reconhecimento contábil no futuro, de acordo com as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis. Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

9.6 – Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2021 e 2020 foram os seguintes:

	Consolidado			
	2021		2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas/(ganhos) atuariais	(3.187)	(3.187)	19.409	19.409
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados (*)	-	-	-	-
Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros	445	445	(445)	(445)
Custo atribuído de ativo imobilizado	27.064	27.064	38.707	38.707
Subtotal	27.509	27.509	38.262	38.262
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	(2.476)	(6.877)	(3.444)	(9.565)
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(2.476)	(6.877)	(3.444)	(9.565)

(*) Não houve apuração dos impostos diferidos para o resultado atuarial, por não haver expectativa de realização.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(10) ATIVO CONTRATUAL

	Consolidado
Saldo em 31/12/2019	279.003
Circulante	24.387
Não circulante	254.616
Adições	134.104
Atualização	40.130
Recebimento RAP	(24.134)
Saldo em 31/12/2020	429.103
Circulante	24.833
Não circulante	404.271
Adições	327.924
Atualização	(43.209)
Recebimento RAP	(25.070)
Saldo em 31/12/2021	688.749
Circulante	57.521
Não circulante	631.229

Ativo contratual das transmissoras: refere-se ao direito à “Receita Anual Permitida – RAP” que será recebida ao longo da concessão assim como indenização ao término da concessão das controladas de transmissão.

(11) OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Créditos a receber - consórcios	-	-	-	-	12.210	13.210
Adiantamentos - plano de previdência privada	-	-	547	282	134	134
Adiantamentos - fornecedores	-	-	19.893	120.520	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	-	-	18.026	13.130
Ordens em curso	-	-	(239)	(146)	10.594	10.813
Contratos de pré-compra de energia	-	-	10.432	10.432	3.015	7.751
Despesas antecipadas	108	265	17.858	15.977	4.810	3.318
Adiantamentos a funcionários	68	53	1.643	1.088	-	-
Indenizações	26.926	7.267	36.751	30.643	-	-
Outros	966	1.222	7.036	38.557	59.624	32.189
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	-	-	(379)	(352)	-	-
Total	28.067	8.807	93.542	217.001	108.413	80.545

Cauções, fundos e depósitos vinculados - Referem-se, basicamente, a contas reserva constituídas na controlada CPFL Renováveis, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos.

Adiantamento – fornecedores – Refere-se a adiantamento a fornecedores para o fornecimento, montagem e comissionamento de aerogeradores.

Contratos de pré-compra de energia – Pagamentos antecipados realizados pelas controladas da CPFL Renováveis, os quais serão liquidados com energia a ser fornecida no futuro.

Indenizações – No consolidado o montante de R\$ 36.751, inclui o valor registrado na controladora de R\$ 7.267, referente à indenização pelo acordo de acionistas da ENERCAN. E saldo de R\$ 9.825 de indenizações provenientes da controlada CPFL Renováveis.

(12) INVESTIMENTOS

12.1 – Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada e controlada em conjunto	4.542.773	4.339.596	1.178.572	1.007.016
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 12.3)	188.100	190.500	-	-
Subtotal	4.730.873	4.530.096	1.178.572	1.007.016
Mais valia de ativos, líquidos	7.422	7.939	8.322	8.902
Total	4.738.295	4.538.035	1.186.894	1.015.918

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimentos	Participação no capital-%	31/12/2021			31/12/2021		31/12/2020		2021	2020
		Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial				
Baesa (*)	25,01	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.842)
Enercan	48,72	200.787	631.034	419.204	307.459	279.064	204.249	200.432	200.432	127.599
Chapecoense	51,00	714.509	850.718	458.463	433.866	319.723	233.816	233.816	233.816	45.623
Epasa	53,34	221.413	527.795	133.765	281.544	238.062	71.355	71.355	71.355	401.178
CPFL Renováveis	50,85	4.032.292	5.728.680	1.463.196	2.913.034	2.982.049	744.035	744.035	744.035	76.854
Ceran	65,00	120.000	324.550	141.503	210.958	199.615	91.977	91.977	91.977	12.886
CPFL Piracicaba	100,00	82.585	127.361	6.446	127.361	123.975	6.446	6.446	6.446	15.982
CPFL Morro Agudo	100,00	100.010	142.626	27.670	142.626	122.339	27.670	27.670	27.670	560
CPFL Maracanaú	100,00	29.589	16.509	(13.920)	16.509	30.429	(13.920)	(13.920)	(13.920)	764
CPFL Sul I	100,00	86.456	75.962	(108.405)	75.962	67.367	(108.405)	(108.405)	(108.405)	3.942
CPFL Sul II	100,00	183.156	221.554	(57.018)	221.554	167.472	(57.018)	(57.018)	(57.018)	876.978
Subtotal Investimento pelo patrimônio líquido					4.730.873	4.530.096	1.200.205	876.978	876.978	(564)
Amortização de mais valia de ativos					-	-	(517)	(517)	(517)	
Total					4.730.873	4.530.096	1.199.688	876.414	876.414	
Investimento					4.542.773	4.339.596				
Adiantamento para futuro aumento de capital					188.100	190.500				

(*) A CPFL Geração detinha participação direta na controlada BAESA, em 30 de setembro de 2020 a participação foi cindida para a controlada CPFL Renováveis.

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da Companhia, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 517 (R\$ 564 em 2020), é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09(R2).

A movimentação dos saldos de investimento em controladas e empreendimentos controlados em conjunto nos exercícios de 2021 e 2020 é como segue:

Investimento	Saldo em 31/12/2020			Movimentação em 2021					Saldo em 31/12/2021		
	Controladora	Eliminação	Consolidado	Aumento / (Redução) de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)(*)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Outros	Controladora	Eliminação	Consolidado
EPASA	238.063	-	238.063	-	71.355	(27.874)	-	-	281.544	-	281.544
BAESA	-	-	170.168	-	-	-	-	-	-	-	155.703
ENERCAN	279.065	-	279.065	-	204.247	(175.854)	-	-	307.459	-	307.459
Chapecoense	319.723	-	319.723	-	233.816	(119.673)	-	-	433.866	-	433.866
CERAN	199.615	(199.615)	-	-	91.977	(80.634)	-	-	210.958	(210.958)	-
CPFL Piracicaba	123.975	(123.975)	-	-	6.446	(3.060)	-	-	127.361	(127.361)	-
CPFL Morro Agudo	122.339	(122.339)	-	-	27.670	(7.383)	-	-	142.626	(142.626)	-
CPFL Maracanaú	30.429	(30.429)	-	-	(13.920)	-	-	-	16.509	(16.509)	-
CPFL Sul I	67.367	(67.367)	-	20.000	(108.405)	-	97.000	-	75.962	(75.962)	-
CPFL Sul II	167.472	(167.472)	-	20.000	(57.017)	-	91.100	-	221.554	(221.554)	-
CPFL Renováveis	2.982.049	(2.982.049)	-	-	744.036	(813.315)	-	266	2.913.034	(2.913.034)	-
	4.530.096	(3.693.246)	1.007.016	40.000	1.200.206	(1.227.793)	188.100	266	4.730.872	(3.708.004)	1.178.572

(*) Adicionalmente, há o efeito relacionado à amortização da mais valia de ativos, líquidos, no montante de R\$ 517 no exercício.

Investimento	Saldo em 31/12/2019			Movimentação em 2020					Saldo em 31/12/2020			
	Controladora	Eliminação	Consolidado	Aumento / (Redução) de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)(*)	Movimentação de capital sem alteração no controle	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Cisão	Outros	Controladora	Eliminação	Consolidado
EPASA	243.245	-	243.245	-	45.623	-	(50.805)	-	-	238.062	-	238.062
BAESA	156.185	-	156.185	-	(8.841)	-	(22.548)	(124.794)	-	-	-	170.167
ENERCAN	207.868	-	207.868	-	200.432	-	(129.236)	-	-	279.065	-	279.065
Chapecoense	381.219	-	381.219	-	127.599	-	(189.095)	-	-	319.723	-	319.723
CERAN	193.390	(193.390)	-	-	76.854	-	(70.629)	-	-	199.615	(199.615)	-
CPFL Piracicaba	111.089	(111.089)	-	-	12.886	-	-	-	-	123.975	(123.975)	-
CPFL Morro Agudo	129.611	(129.611)	-	-	15.982	-	(23.255)	-	-	122.339	(122.339)	-
CPFL Maracanaú	4.152	(4.152)	-	25.717	560	-	-	-	-	30.429	(30.429)	-
CPFL Sul I	157	(157)	-	13.446	764	-	-	-	-	14.367	(14.367)	-
CPFL Sul II	385	(385)	-	25.646	3.942	-	-	-	-	29.972	(29.972)	-
CPFL Renováveis	2.416.866	(2.416.866)	-	210.000	401.178	1.006	(122.211)	85.078	(9.870)	2.982.049	(2.982.049)	-
	3.844.167	(2.855.650)	988.516	274.809	876.979	1.006	(607.779)	(39.716)	(9.870)	4.339.596	(3.502.746)	1.007.016

(*) Adicionalmente, há o efeito relacionado à amortização da mais valia de ativos, líquidos, no montante de R\$ 564 no período.

No consolidado, os saldos de investimento correspondem à participação nos empreendimentos controlados em conjunto registrados pelo método de equivalência patrimonial:

Investimento em controladas em conjunto	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
Baesa	155.703	170.166	9.721	36.531
Enercan	307.459	279.064	204.249	200.432
Chapecoense	433.866	319.723	233.814	127.599
EPASA	281.544	238.062	71.355	45.623
Mais valia de ativos líquidos	8.322	8.902	(579)	(579)
	1.186.894	1.015.918	518.560	409.606

Em 2021 as controladas em conjunto Baesa e Enercan reconheceram referente ao GSF relacionado aos contratos firmados no ambiente de contratação livre (“ACL”) e ambiente de contratação regulada (“ACR”) R\$ 139.537 (R\$ 370.317 em 2020). A Companhia e sua controlada CPFL Renováveis reconheceram no resultado de equivalência patrimonial dessas controladas em conjunto R\$ 36.507 (R\$ 84.930 em 2020), relacionados ao ACL e ACR líquido dos impostos. Para mais informações vide nota explicativa 3.6 e 14.1.

12.2 – Dividendos a Receber

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os seguintes saldos a receber das controladas abaixo, referentes a dividendo e JCP:

Controlada	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
BAESA	-	3.544	-	3.544
ENERCAN	131.149	77.102	131.149	77.102
CERAN	120.005	39.371	-	-
CPFL Piracicaba	-	3.000	-	-
CPFL Renováveis	-	95.709	2.473	-
	251.154	218.726	133.623	80.647

12.3 – Adiantamento para futuro aumento de capital

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Investimentos		
CPFL Sul I	97.000	53.000
CPFL Sul II	91.100	137.500
Total	188.100	190.500

12.4 – Participação de acionistas não controladores e empreendimentos controlados em conjunto

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

12.4.3 – Empreendimentos controlados em conjunto

As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 de dezembro de 2021, e 31 de dezembro de 2020 são como segue:

Ativo e Passivo	31/12/2021				31/12/2020			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Ativo circulante	365.457	128.677	491.037	475.419	265.347	88.780	265.109	349.437
Caixa e equivalentes de caixa	168.970	52.595	209.790	165.040	108.113	15.338	122.642	104.598
Ativo não circulante	1.073.375	1.127.147	2.410.469	279.538	1.036.903	1.062.369	2.328.892	382.076
Passivo circulante	599.825	104.109	408.941	104.682	446.195	74.545	371.414	90.428
Empréstimos, financiamentos e debêntures	130.766	-	137.959	16.452	129.386	-	138.128	35.583
Outros passivo financeiros	34.855	78.221	111.100	26.841	5.577	36.057	79.396	1.281
Passivo não circulante	207.973	529.052	1.641.847	122.480	283.300	396.099	1.595.678	194.804
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	642.698	26.603	127.895	-	778.003	80.750
Outros passivo financeiros	40.044	435.846	964.135	-	30.081	321.057	789.590	-
Patrimônio líquido	631.034	622.664	850.718	527.795	572.756	680.505	626.909	446.282

DRE	2021				2020			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Receita operacional líquida	880.125	458.130	1.067.381	1.370.875	719.581	296.078	933.403	405.674
Custo e despesa operacional	(180.561)	(251.130)	(47.141)	(1.125.249)	(31.749)	61.621	(225.902)	(203.805)
Depreciação e amortização	(55.522)	(51.114)	(109.431)	(90.616)	(49.757)	(51.701)	(124.580)	(90.400)
Receita de juros	6.523	2.371	16.211	3.388	2.904	803	9.522	4.027
Despesa de juros	(18.695)	(102.569)	(176.461)	(4.588)	(18.639)	(85.139)	(209.183)	(10.346)
Despesa de imposto sobre a renda	(212.135)	(16.525)	(230.884)	(18.621)	(209.879)	(75.762)	(134.981)	(22.255)
Lucro (prejuízo) líquido	419.204	38.877	458.463	133.765	411.370	146.090	250.194	85.528
Participação acionária e no capital votante	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%

Mesmo detendo mais do que 50% da participação acionária das entidades Epasa e Chapecoense, a Companhia controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos. A análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Os empréstimos captados junto ao BNDES pelos empreendimentos controlados em conjunto Chapecoense, determinam restrições ao pagamento de dividendos à Companhia acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

12.4.4 – Operação controlada em conjunto

A Companhia por meio da controlada direta CPFL Renováveis possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas Centrais Elétricas S.A. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,57 MW médios), até 2028.

(13) IMOBILIZADO

	Controladora							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2019	11.268	227.833	176.412	539.600	675	287	14.868	970.943
Custo histórico	11.268	462.781	386.641	1.442.945	2.039	2.728	14.868	2.323.269
Depreciação acumulada	-	(234.948)	(210.229)	(903.346)	(1.364)	(2.440)	-	(1.352.326)
Adições	-	-	-	-	-	-	5.872	5.872
Baixas	-	(124)	-	(61.529)	(333)	-	-	(61.987)
Provisão para custos socioambientais	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	724	(5)	15.457	138	-	(16.314)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	-	(1.395)	-	-	-	(1.395)
Depreciação	-	(9.260)	(7.539)	(30.918)	(128)	(49)	-	(47.894)
Baixa da depreciação	-	124	-	56.414	254	-	-	56.792
Cisão da atividade de geração - custo	(11.268)	(463.380)	(386.636)	(1.395.478)	(1.843)	(2.727)	(4.427)	(2.265.760)
Cisão da atividade de geração - depreciação	-	244.084	217.768	877.850	1.237	2.489	-	1.343.428
Saldo em 31/12/2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	-	1.228	1.228
Transferências	-	-	-	79	-	-	(79)	-
Depreciação	-	-	-	(7)	-	-	-	(7)
Saldo em 31/12/2021	-	-	-	72	-	-	1.149	1.221
Custo histórico	-	-	-	79	-	-	1.149	1.228
Depreciação acumulada	-	-	-	(7)	-	-	-	(7)
Taxa média de depreciação 2020	0,00%	2,68%	2,61%	3,15%	14,74%	6,23%		
Taxa média de depreciação 2021	0,00%	0,00%	0,00%	14,30%	0,00%	0,00%		

	Consolidado							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2019	163.258	1.311.769	924.757	6.189.262	1.465	3.389	264.239	8.858.139
Custo histórico	220.083	2.222.123	1.572.796	9.860.862	3.432	10.155	264.239	14.153.689
Depreciação acumulada	(56.825)	(910.354)	(648.038)	(3.671.599)	(1.966)	(6.767)	-	(5.295.550)
Adições	-	-	-	-	-	-	270.538	270.538
Baixas	(1.041)	(3.810)	(33.173)	(99.414)	(447)	(40)	-	(137.925)
Transferências	851	3.429	69.946	44.293	139	302	(118.962)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	-	(1.395)	-	-	3.930	2.535
Depreciação	(3.375)	(54.552)	(52.839)	(416.762)	(323)	(460)	-	(528.310)
Baixa da depreciação	40	1.938	691	77.490	272	24	-	80.455
Cisão da atividade de geração - custo	3.673	4.147	2.665	10.254	83	163	964	21.949
Cisão da atividade de geração - depreciação	-	(1.204)	(1.697)	(3.280)	(83)	(91)	-	(6.355)
Saldo em 31/12/2020	163.407	1.261.718	910.350	5.800.449	1.106	3.287	420.710	8.561.028
Custo histórico	223.567	2.225.889	1.612.234	9.814.600	3.207	10.581	420.710	14.310.788
Depreciação acumulada	(60.160)	(964.171)	(701.884)	(4.014.151)	(2.102)	(7.292)	-	(5.749.760)
Adições	-	-	-	-	-	-	456.766	456.766
Baixas	-	-	(83.989)	(54.284)	(691)	-	-	(138.964)
Transferências	2.658	1.195	70.323	528.784	189	73	(603.221)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	-	-	-	-	1.877	1.877
Depreciação	(4.246)	(51.115)	(48.839)	(434.501)	(273)	(471)	-	(539.445)
Baixa da depreciação	-	-	6.215	24.659	660	-	-	31.534
Saldo em 31/12/2021	161.819	1.211.798	854.061	5.865.107	990	2.891	276.132	8.372.798
Custo histórico	226.225	2.227.084	1.598.568	10.289.100	2.705	10.654	276.132	14.630.468
Depreciação acumulada	(64.406)	(1.015.286)	(744.507)	(4.423.993)	(1.715)	(7.763)	-	(6.257.670)
Taxa média de depreciação 2020	3,86%	2,47%	3,31%	4,18%	17,77%	5,33%		
Taxa média de depreciação 2021	3,86%	2,33%	3,11%	4,23%	15,24%	5,45%		

O saldo de imobilizado em curso no consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das controladas operacionais e/ou em desenvolvimento, com destaque para os projetos da controlada CPFL Renováveis, com imobilizado em curso de R\$ 272.122 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 419.814 em 31 de dezembro de 2020), que com destaque para obras de manutenção especialmente em parques eólicos.

Os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, nas linhas de "Depreciação e amortização".

Em 31 de dezembro de 2021, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota 16, é de aproximadamente R\$ 679.350 (R\$ 818.561 em 31 de dezembro de 2020), sendo o principal montante relacionado à controlada CPFL Renováveis.

13.1 – Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2021 e 2020 não houve necessidade de provisão de recuperação.

As ações e considerações respectivas à avaliação dos indicativos quanto ao valor recuperável dos ativos, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(14) INTANGÍVEL

	Controladora		
	Direito de concessão Adquirido em combinações de negócio	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2019	83.053	4.278	87.331
Custo histórico	426.450	19.105	445.555
Amortização acumulada	(343.396)	(14.827)	(358.223)
Adições	-	4.313	4.313
Amortização	(7.476)	(1.224)	(8.700)
Baixa e transferência - outros ativos	-	1.395	1.395
Cisão de atividade de geração	(75.579)	-	(75.579)
Saldo em 31/12/2020	-	8.762	8.762
Custo histórico	-	24.813	24.813
Amortização acumulada	-	(16.051)	(16.051)
Adições	-	209	209
Amortização	-	(1.771)	(1.771)
Baixa e transferência - outros ativos	-	(128)	(128)
Saldo em 31/12/2021	-	7.072	7.072
Custo histórico	-	24.894	24.894
Amortização acumulada	-	(17.823)	(17.823)

	Consolidado			Total
	Direito de concessão		Outros ativos intangíveis	
	Adquirido em combinações de negócio	Uso do bem público		
Saldo em 31/12/2019	2.526.451	23.065	47.924	2.597.441
Custo histórico	4.065.989	35.840	116.485	4.218.314
Amortização acumulada	(1.539.537)	(12.775)	(68.560)	(1.620.872)
Adições	-	8.679	59.180	67.859
Amortização	(181.909)	(1.419)	(7.361)	(190.689)
Baixa e transferência - outros ativos	-	-	(2.386)	(2.386)
Saldo em 31/12/2020	2.344.543	30.325	97.358	2.472.226
Custo histórico	4.065.989	44.519	173.280	4.283.788
Amortização acumulada	(1.721.446)	(14.195)	(75.921)	(1.811.562)
Adições	-	176.320	29.181	205.501
Amortização	(168.122)	(7.799)	(7.116)	(183.037)
Baixa e transferência - outros ativos	(1.614)	-	(2.005)	(3.619)
Saldo em 31/12/2021	2.174.807	198.845	117.419	2.491.073
Custo histórico	4.065.993	220.839	200.566	4.487.394
Amortização acumulada	(1.891.182)	(21.993)	(83.148)	(1.996.323)

No consolidado, os valores de amortização estão registrados como segue: (i) “depreciação e amortização” para a amortização do Uso do Bem Público e Outros Ativos Intangíveis; e (ii) “amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível adquirido em combinação de negócios.

14.1 UBP/Intangível de concessão

Em 09 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, com vistas à compensação por riscos não-hidrológicos às usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Em 1º de dezembro de 2020, a Aneel aprovou a Resolução Normativa (REN) nº 895, que regulamenta a Lei nº 14.052/2020 e que deverá permitir a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado, com redução da percepção de risco do setor elétrico.

Baseada nessa resolução, a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) apresentou ao mercado e à ANEEL os cálculos individualizados por usina com o respectivo prazo de extensão de cada outorga.

Em 30 de março de 2021 foi publicada a REN nº 930, retificando o entendimento sobre o alcance dos benefícios e concedendo compensação aos geradores que repactuaram a energia do ambiente de contratação regulada (ACR) para os anos de 2012 a 2014.

Após publicação da REN nº 930/2021, o Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou representação solicitando esclarecimentos por parte da ANEEL e determinando a abstenção da prática de qualquer ato decorrente da REN nº 930/2021, inclusive quanto a homologar valores de compensação ou estender prazo de outorga de usinas integrantes do MRE que aderirem ao art. 2º da Lei nº 14.052/2020, até que fosse analisado o mérito da representação.

Em 13 de julho de 2021, porém, foi sancionada a Lei nº 14.182/2021 que deu nova redação a Lei nº 13.203/2015, ampliando o cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico e incluindo as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga.

Como consequência, as subsidiárias que contemplam o primeiro grupo de empresas, reconheceram ativos intangíveis oriundos da extensão de concessão em contrapartida da rubrica “custos operacionais”. O ativo foi

reconhecido no montante total de R\$ 175.904 (R\$ 55.163 em 2020). Esses montantes representam o valor justo do ressarcimento ao qual às Companhias do grupo possuem direito a receber, utilizando como bases os cálculos efetuados pela CCEE e acrescidos de um custo de capital próprio equivalente de a 9,63%.

14.2 – Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Para os exercícios de 2021 e 2020, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(15) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	5.436	170	86.121	92.699
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	13.906	2.832
Materiais e serviços	934	4.030	190.633	101.029
Total	6.370	4.200	290.661	196.560
Não circulante				
Suprimento de energia elétrica	-	-	29.461	117.360
Materiais e serviços	2.033	2.107	19.592	4.863
Total	2.033	2.107	49.053	122.223

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Consolidado				Saldo em 31/12/2021
				Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos		
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
Pré Fixado	6.489	-	(2.592)	5.297	-	(5.301)		3.893
Pós Fixado								
TJLP	474.954	-	(50.245)	29.545	-	(29.547)		424.707
TLP (IPCA)	-	199.148	-	12.826	-	(6.298)		205.676
CDI	129.842	-	(33.801)	4.472	-	(3.082)		97.431
IGP-M	38.922	-	(16.125)	9.569	-	(3.161)		29.205
Outros	-	-	-	-	-	-		-
Total ao custo	650.207	199.148	(102.763)	61.709	-	(47.389)		760.912
Gastos com captação	(3.106)	-	-	(1.241)	-	-		(4.347)
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	319.277	440.000	(180.797)	6.339	31.988	(6.194)		610.613
Marcação a mercado	(1.739)	-	-	(18.423)	-	-		(20.162)
Total moeda estrangeira	317.538	440.000	(180.797)	(12.084)	31.988	(6.194)		590.451
Total	964.639	639.148	(283.560)	48.384	31.988	(53.583)		1.347.017
Circulante	274.616							127.406
Não circulante	690.023							1.219.611

Modalidade	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2019	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	473.434	-	(465.017)	15.322	-	(17.250)	6.489
Pós Fixado							
TJLP	2.625.676	3.000	(2.146.844)	119.294	-	(126.173)	474.954
CDI	157.781	-	(26.000)	3.929	-	(5.868)	129.843
IGP-M	42.606	-	(12.568)	12.381	-	(3.496)	38.922
Outros	31.813	-	(31.706)	804	-	(911)	-
Total ao custo	3.331.311	3.000	(2.682.135)	151.730	-	(153.698)	650.208
Gastos com captação	(20.773)	-	-	17.667	-	-	(3.106)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	308.431	120.000	(229.708)	13.323	119.517	(12.285)	319.277
Marcação a mercado	(466)	-	-	(1.273)	-	-	(1.739)
Total ao valor justo	307.965	120.000	(229.708)	12.050	119.517	(12.285)	317.538
Total	3.618.504	123.000	(2.911.843)	181.446	119.517	(165.983)	964.639
Circulante	582.009						274.616
Não circulante	3.036.495						690.023

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
		31/12/2021	31/12/2020		
Mensuradas ao custo					
Moeda Nacional					
Pré fixado					
FINAME	Pré fixado de 2,5% a 5,5%	(a) 3.893	6.489	2019 a 2023	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) Conta Reserva e Conta Centralizadora; (iv) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid
		3.893	6.489		
Pós fixado					
TJLP					
FINEM	TJLP e TJLP + de 1,72% a 5,5%	(b) 424.707	474.288	2020 a 2039	(i) Penhor e Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Penhor e cessão fiduciária de direitos creditórios (iii) Contas Reserva e Centralizadora; (iv) Penhor de Ações (v) Penhor de direitos emergentes das autorizações pela Aneel; (vi) Penhor de Ações das Beneficiárias; (vii) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid; (viii) Fiança Bancária
FINEP	TJLP + 5%	-	666	2021	Fiança bancária
		424.707	474.954		
IPCA					
BNB	IPCA + de 1,06 a 2,08%	(c) 205.676	-	2022 a 2044	Fiança bancária
		205.676	-		
CDI					
Empréstimos bancários	105% do CDI e CDI + 1,9%	(c) 97.432	129.843	2019 a 2023	Estrutura de ações preferenciais resgatáveis e Fiança da CPFL Renováveis
		97.432	129.843		
IGPM					
Empréstimos bancários	IGPM + 8,63%	29.205	38.922	2023	(i) Alienação fiduciária de equipamentos e de recebíveis; (ii) Penhor de ações da SPE, de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e de recebíveis de contratos de operação
		29.205	38.922		
Total moeda nacional		760.913	650.208		
Gastos com captação		(4.347)	(3.106)		
Mensuradas ao valor justo					
Moeda Estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 2,07% a 3,29%	610.614	319.277	2021 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		610.614	319.277		
Marcação a mercado		(20.163)	(1.739)		
Total moeda estrangeira		590.451	317.538		
Total		1.347.017	964.639		

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem *swap* convertendo variação cambial em variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32.

Taxa efetiva:

(a) De 30% a 70% do CDI (b) De 60% a 110% do CDI (c) De 100% a 130% do CDI

Em consonância com o CPC 48 os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia e de suas controladas, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que é depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2021, os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 20.162 (R\$ 1.739 em 31 de dezembro 2020), que aliados aos ganhos obtidos com a marcação

a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 13.484 (R\$ 2.636 em 31 de dezembro de 2020), contratados para proteção da variação cambial (nota 32), geraram um ganho líquido não realizado de R\$ 33.646 (perda líquida de R\$ 897 em 31 de dezembro de 2020).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2023	174.949
2024	108.638
2025	560.585
2026	56.593
2027	56.728
2028 a 2032	134.572
2033 a 2037	82.083
2038 a 2042	56.497
2043 a 2047	9.130
Subtotal	1.239.775
Marcação a mercado	(20.163)
Total	1.219.611

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada %		Consolidado % da dívida	
	2021	2020	31/12/2021	31/12/2020
	IGPM	17,79	23,14	2,14
IPCA	10,06	-	15,08	-
TJLP	4,80	4,87	31,14	49,24
CDI	4,40	2,78	7,14	13,46
Outros			44,50	33,27
			100,00	100,00

Principais adições no exercício:

Modalidade Empresa	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Custo Hedge	Cláusula restritiva - covenant financeiro
	Total aprovado	Liberado em 2021							
Moeda Nacional									
IPCA - BNB									
Costa das dunas	70.482	62.500	Trimestral até 02/22	Mensal após 02/22	Investimento	IPCA + 1,36%	IPCA + 1,36%		(h)
Farol de Touros	61.672	30.262	Trimestral até 05/22	Mensal após 05/22	Investimento	IPCA + 1,48%	IPCA + 1,48%		(h)
Figueira Branca	26.430	23.000	Trimestral até 05/22	Mensal após 05/22	Investimento	IPCA + 1,48%	IPCA + 1,48%		(h)
Gameleira	44.051	62.738	Trimestral até 05/22	Mensal após 05/22	Investimento	IPCA + 1,48%	IPCA + 1,48%		(h)
Transmissão Maracanaú	42.422	20.648	Trimestral até 08/22	Mensal após 08/22	Investimento	IPCA + 1,06%	IPCA + 1,06%		(h)
Lei 4131									
CPFL Geração	135.000	135.000	Semestral	Parcela única em Outubro de 2023	Capital de Giro	USD + 0,7820%	USD + 0,7820%	CDI + 0,74%	(b)
CPFL Geração	305.000	305.000	Anual	Parcela única em Outubro de 2023	Capital de Giro	USD + 1,1600%	USD + 1,1600%	CDI + 0,55%	(b)
	685.057	639.148							

Pré-pagamento:

Durante o exercício de 2021, foram liquidados antecipadamente R\$ 1.737 de empréstimos cujos vencimentos originais eram até outubro de 2030, na controlada CPFL Renováveis.

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia e suas controladas exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2021.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias da CPFL Renováveis, detentoras dos contratos

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2.
- Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 30%.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,28

Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. ("State Grid Brazil")

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2021.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2020	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
CDI	2.309.151	(817.367)	79.568	(69.194)	1.502.159
IPCA	351.828	(62.670)	53.888	(19.589)	323.455
Total ao custo	2.660.979	(880.037)	133.456	(88.783)	1.825.614
Gastos com captação	(5.235)	-	2.159	-	(3.076)
Total	2.655.744	(880.037)	135.615	(88.783)	1.822.539
Circulante	875.329				1.193.869
Não circulante	1.780.416				628.670

Modalidade	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2019	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
TJLP	438.990	(448.249)	12.002	(2.744)	-
CDI	2.880.085	(558.514)	82.656	(95.077)	2.309.151
IPCA	337.046	-	33.215	(18.432)	351.828
Total ao custo	3.656.122	(1.006.763)	127.873	(116.253)	2.660.979
Gastos com captação	(16.200)	-	10.964	-	(5.235)
Total	3.639.922	(1.006.763)	138.837	(116.253)	2.655.744
Circulante	482.939				875.329
Não circulante	3.156.984				1.780.416

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia	
		31/12/2021	31/12/2020			
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	(i) De 103,6% a 109,75% do CDI	(a)	654.792	1.256.846	2018 a 2025	Fiança da CPFL Energia
	(ii) CDI + 0,75% a 0,83% De 104,75% a 110% do CDI	(a)	847.368	1.052.305	2020 a 2023	Não existem garantias
IPCA	IPCA + de 4,30% a 5,8%	(b)	323.455	351.828	2021 a 2031	Fiança da CPFL Energia
			1.825.613	2.660.980		
Gastos com captação			(3.075)	(5.235)		
Total			1.822.539	2.655.744		

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32.

Taxa efetiva:

(a) De 104,68% a 110,71% do CDI | CDI + de 0,76% a 0,89%

(b) IPCA + 4,84% a 6,31% e CDI + 8,2%

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2023	357.514
2024	271.156
Total	628.670

Pré-pagamento:

No ano de 2021, foram liquidados antecipadamente R\$ 11.367 (R\$ 423.987 em 31 de dezembro de 2020) de debêntures cujos vencimentos originais eram até maio de 2023.

Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2021.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2021.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia e suas controladas mantém Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados, cujas características:

18.1 Características

Atualmente vigora, para os funcionários da Companhia através da VIVEST um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado ("BSPS"), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção

do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada.

- (ii) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
- Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada, e
 - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada.

Adicionalmente para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

CPFL Renováveis (CPFL Geração até 30/09/2020)

Após a Cisão da CPFL Renováveis em 2020, parte dos funcionários da controlada CPFL Renováveis passaram a participar do mesmo plano da CPFL Paulista. Para os gestores, há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

18.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	173.628	175.300
Valor justo dos ativos do plano	(125.975)	(122.879)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	47.653	52.421

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

Ativo	Consolidado
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2019	(105.914)
Rendimento esperado no exercício	(8.400)
Contribuições de patrocinadoras	(3.037)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(15.899)
Benefícios pagos no exercício	10.371
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2020	(122.879)
Rendimento esperado no exercício	(9.141)
Contribuições de patrocinadoras	(5.607)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(834)
Benefícios pagos no exercício	12.487
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2021	(125.975)

Passivo	Consolidado
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2019	152.254
Custo do serviço corrente bruto	108
Juros sobre obrigação atuarial	11.274
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(18)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	22.053
Benefícios pagos no exercício	(10.371)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2020	175.300
Custo do serviço corrente bruto	149
Juros sobre obrigação atuarial	13.019
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(45)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(2.308)
Benefícios pagos no exercício	(12.487)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2021	173.628

18.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	<u>Consolidado</u>
Passivo atuarial líquido em 31/12/2020	52.419
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	4.027
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(5.607)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(45)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(2.308)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(834)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2021	47.654
Outras contribuições	81
Total passivo	47.735
Circulante	7.786
Não Circulante	39.949

	<u>Consolidado</u>
Passivo atuarial líquido em 31/12/2019	46.340
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	2.982
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(3.037)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(18)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	22.053
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(15.899)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2020	52.419
Outras contribuições	39
Total passivo	52.458
Circulante	3.161
Não circulante	49.298

18.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2022 estão apresentadas no montante de R\$ 7.700.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

2022	15.294
2023	15.574
2024	15.864
2025	16.126
2026 a 2031	100.774
Total	163.632

18.5 Reconhecimento das despesas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2022 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2021 e 2020, são como segue:

Consolidado

2022 estimadas

Custo do serviço	34
Juros sobre obrigações atuariais	15.637
Rendimento esperado dos ativos do plano	(11.515)
Total da despesa (receita)	4.156

Consolidado

2021 realizadas

Custo do serviço	149
Juros sobre obrigações atuariais	13.019
Rendimento esperado dos ativos do plano	(9.141)
Total da despesa (receita)	4.027

Consolidado

2020 realizadas

Custo do serviço	108
Juros sobre obrigações atuariais	11.274
Rendimento esperado dos ativos do plano	(8.400)
Total da despesa (receita)	2.982

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,41% a.a.	7,72% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,41% a.a.	7,72% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,40% a.a.	5,31% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	3,75% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	4,00% a.a.	3,75% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca (-30)
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

18.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, administrados pela VIVEST. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2022, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2021.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	Consolidado	
	2021	2020
Renda fixa	69%	77%
Títulos públicos federais	38%	65%
Títulos privados (instituições financeiras)	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	1%	2%
Outros investimentos de renda fixa	28%	9%
Renda variável	26%	18%
Fundos de investimento em ações	26%	18%
Investimentos estruturados	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	1%	1%
Cotados em mercado ativo	96%	96%
Imóveis	1%	1%
Operações com participantes	1%	1%
Outros ativos	2%	1%
Depósitos judiciais e outros	2%	1%
Não cotados em mercado ativo	4%	4%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos dos planos.

	Meta para 2022
	Consolidado
Renda Fixa	45,0%
Renda variável	32,6%
Imóveis	2,4%
Empréstimos e financiamentos	1,4%
Investimentos estruturados	10,0%
Investimentos no exterior	8,6%
	100,00%

A meta de alocação para 2022 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da VIVEST efetuada ao final de 2021 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2022, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de *déficit* atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para a VIVEST atingir os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de *Asset Liability Management* – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pela Fundação.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos

mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios.

18.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial conforme CPC 33 / IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	Aumento (redução)	Consolidado
Taxa de desconto nominal*	-0,25 p.p.	3.879
	+0,25 p.p.	(3.727)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+1 ano	(4.143)
	-1 ano	4.099

(*) A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 9,41%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 9,16% a.a. e 9,66% a.a..

(**) A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da Fundação CESP e BREMS sb v.2015 para os planos da Fundação CEEE. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

18.8 Risco de investimento

O plano de benefício da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

O plano de benefício da Companhia tem sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da VIVEST o que ocorre ao menos trimestralmente.

A VIVEST utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse ("*Stress Test*"). A Política de Investimentos da Vinvest determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	-	116.214	41.442
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	-	38.477	16.325
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	154.691	57.767
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	2.954	1.747
Programa de integração social - PIS	116	51	4.910	7.109
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	573	258	26.235	29.979
Outros	432	321	12.277	33.296
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	1.121	630	46.375	72.132
Total Circulante	1.121	630	201.067	129.899
Não circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	-	4.444	-
Contribuição Social a pagar	-	-	861	-
ICMS a pagar	-	-	874	839
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	-	-	6.179	839
Total Não circulante	-	-	6.179	839

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujos efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota Nota 20 – Provisões.

(20) PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (20.1)	16	-	130.445	38.490
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos (20.2)	-	-	154.859	204.901
Total	16	-	285.304	243.391
Circulante	-	-	2.046	19.946
Não Circulante	16	-	283.258	223.446

20.1 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

	Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	9.423	2.534	8.734	2.012
Cíveis	118.885	3.517	26.119	3.435
Fiscais	2.137	11.851	3.637	11.149
Outros	-	83	-	83
Total	130.445	17.986	38.490	16.680

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, está demonstrada a seguir:

Consolidado						
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2021
Trabalhistas	8.734	1.598	(539)	(339)	568	9.423
Cíveis	26.119	149.543	(67.983)	(820)	11.427	118.885
Fiscais	3.637	2.001	-	(3.638)	137	2.137
Total	38.490	153.142	(68.523)	(4.797)	12.132	130.445

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- a. **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- b. **Cíveis – Danos pessoais** - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- c. **Fiscais** - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS.

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estavam assim representadas:

	Consolidado		Principais causas
	31/12/2021	31/12/2020	
Trabalhistas	3.728	13.044	Diferenças salariais, vínculo de terceiros, ações coletivas e cláusulas da CCT.
Cíveis	277.517	464.356	Contratos, meio ambiente e rede.
Fiscais	1.542.248	1.379.283	Imposto de Renda e Contribuição Social.
Fiscais - outros	1.119.007	999.576	INSS, PIS, COFINS e ISSQN.
Regulatório	12.091	3.964	Protesto interruptivo de prescrição.
Total	2.954.591	2.860.223	

(a) Fiscais:

Em 2020, a companhia recebeu um auto de infração no montante de R\$ 368.710 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo aos anos-bases 2007 a 2010. As exigências fiscais em questão dizem respeito a (i) amortização do ágio pago na aquisição da SEMESA; (ii) amortização do ágio de Campos Novos e Barra Grande, na determinação da base de cálculo da CSLL, antes da incorporação dessas empresas; e (iii) compensação indevida dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, em virtude de sua utilização em autuações anteriores. A partir de setembro de 2020, em decorrência da incorporação parcial de ativos, os processos da Companhia foram migrados para a CPFL Renováveis.

Em agosto de 2016 a controlada CPFL Renováveis recebeu auto de infração no montante atualizado de R\$ 356.870 referente cobrança de IRRF sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como perda possível.

Em 2016 a controlada CPFL Geração recebeu um auto de infração no montante total atualizado de R\$ 607.527 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERSA Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, os quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como perda possível. A partir de setembro de 2020, em decorrência da integração da CPFL Renováveis os processos migraram para a CPFL Renováveis.

(b) Trabalhistas:

No tocante às contingências trabalhistas está em discussão os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal que alterou o índice de correção monetária adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente, há decisão do STF, passível de recurso, que afastou definitivamente a aplicação da TR, índice anteriormente praticado pela Justiça do Trabalho, para aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após a citação, porém, não delimitou a temporalidade dessa aplicação para os casos sem índice definido, tampouco esclareceu a aplicação de juros, reativando os processos anteriormente suspensos. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia aguarda a publicação da decisão definitiva pelo STF e eventuais recursos para estimar com razoável segurança os montantes envolvidos na discussão

A Administração da Companhia e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais externos acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

20.2 Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos

As provisões para custos socioambientais e desmobilização de ativos referem-se principalmente a provisões relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,77% (3,22% em 31 de dezembro de 2019), baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

Consolidado						
	31/12/2020	Adições	Pagamentos	Efeitos da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	31/12/2021
Desmobilização de ativos	184.829	5.863	-	(66.940)	13.434	137.187
Custos socioambientais	20.071	2.829	(1.722)	(4.593)	1.087	17.672
Total	204.900	8.692	(1.722)	(71.533)	14.521	154.859
Circulante	19.946					2.046
Não Circulante	184.954					152.812

Consolidado					
	31/12/2019	Pagamentos	Efeitos da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	31/12/2020
Desmobilização de ativos	203.323	-	(32.400)	13.906	184.829
Custos socioambientais	25.006	(6.244)	-	1.309	20.071
Total	228.329	(6.244)	(32.400)	15.215	204.900
Circulante	24.485				19.946
Não Circulante	203.844				184.954

(21) USO DO BEM PÚBLICO

Consolidado				
Empresa	31/12/2021	31/12/2020	Quantidade de parcelas restantes	Taxa de juros
CERAN	157.330	124.629	171	IGP-M + 9,6% a.a.
Circulante	16.212	12.573		
Não circulante	141.118	112.056		

(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Consumidores e concessionárias	97	44	-	-	2.254	14.916	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	-	-	-	1.261	4.573	11.996	13.539
FNDCT (*)	-	-	-	-	406	312	-	-
Adiantamentos	382	117	322	463	410.420	444.757	43.192	25.090
Folha de pagamento	327	313	-	-	2.428	2.122	-	-
Participação nos lucros	1.050	2.050	153	325	13.986	15.331	1.171	2.419
Outros	636	246	-	-	54.173	48.614	1.657	1.656
Total	2.493	2.770	475	789	484.928	530.626	58.016	42.703

(*) FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Adiantamentos: refere-se substancialmente a adiantamento de clientes relativo ao faturamento antecipado pela controlada CPFL Renováveis, sem que tenha havido ainda o fornecimento de energia ou serviço.

(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, representado por 225.137.769 mil ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

Através de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2021 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 1.087.000, com a integralização do AFAC, passando de R\$ 935.783 para R\$ 2.022.783, antes dividido em 181.789.019 ações ordinárias, atualmente dividido em 225.137.769 ações ordinárias, totalmente subscrito e integralizado pela acionista CPFL Energia.

23.1 – Gestão de Capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e bem como a estratégia de subida de dividendos das controladas para Companhia, e da Companhia para os controladores.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2021, a estrutura de capital e a alavancagem consolidada da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida alcançou 2,12 vezes o EBITDA em 2021 (2,19 vezes em 2020), no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política do grupo é manter este índice abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição. Historicamente, a Companhia não vem adquirindo suas próprias ações no mercado.

23.2 – Reserva de capital

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 105.411, que compreende: i) R\$ 180.453 pela combinação de negócios com a DESA; ii) saldo devedor de R\$ 73.273, referente a variações de participação societária na CPFL Renováveis e iii) saldo devedor de R\$ 1.769 referente ao pagamento de minoritários.

De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido.

23.3 – Reservas de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 788.038, que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 234.994, ii) Reserva de Lucros a Realizar de R\$ 157.852 e iii) Reserva de Reforço de Capital de Giro R\$ 395.193.

23.4 – Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto por:

- (i) Custo atribuído: Refere-se ao registro da mais valia do custo atribuído ao imobilizado, no montante de R\$ 148.476;
- (ii) Entidade de previdência privada: o saldo devedor de R\$ 27.510 (líquido de imposto de renda e contribuição social) corresponde aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com o IAS 19 / CPC 33 (R2);

23.5 – Dividendo e Juros sobre Capital Próprio

Em 07 de outubro de 2021 foi aprovado em assembleia geral extraordinária a declaração de dividendos no montante de R\$ 877.617, utilizando-se do saldo da Reserva Reforço de capital de giro.

Em 14 de dezembro de 2021 e 20 de dezembro de 2021 foi aprovado em assembleia geral extraordinária, a declaração de dividendos nos montantes de R\$ 170.000 e R\$ 521.050, respectivamente, utilizando-se do saldo da Reserva Reforço de capital de giro e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2021.

Foram pagos em 2021 o montante de R\$ 1.861.606, sendo R\$ 1.773.787 a título de dividendos e R\$ 87.820 a título de juros sobre capital próprio.

23.6 – Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2.021
Lucro líquido do exercício	1.217.513
Realização do resultado abrangente	13.762
Lucro líquido base para destinação	1.231.275
Reversão da reserva de reforço de capital de giro	1.568.667
Dividendo mínimo obrigatório	(691.050)
Dividendos	(877.617)
Base para destinação	1.231.275
Constituição de reserva legal	(60.876)
Dividendos adicional proposto	(1.170.400)

23.7 – Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	2021	2020
	4º Trimestre	4º Trimestre
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	1.217.513	1.198.337
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	225.137.769.366	197.591.019.138
Lucro por lote de mil ações	5,41	6,06

(24) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora				Consolidado			
	GWh		R\$ mil		GWh		R\$ mil	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Receita de operações com energia elétrica								
Classe de consumidores								
Industrial	-	-	-	-	1	8	200	1.917
Comercial	-	-	-	-	39	83	13.494	22.002
Fornecimento faturado	-	-	-	-	40	91	13.695	23.919
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	2.158	-	462.759	3.111	2.158	777.326	621.496
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	415	657	56.312	181.998	10.940	9.767	3.117.514	2.548.319
Energia elétrica de curto prazo	1	-	1.020	17	1.025	1.154	147.802	105.182
Suprimento de energia elétrica	416	2.815	57.332	644.774	15.075	13.079	4.042.642	3.274.997
Receita de construção da infraestrutura de concessão			-	-			280.556	133.423
Outras receitas e rendas			62.370	34.965			126.214	90.395
Outras receitas operacionais			62.370	34.965			406.770	223.818
Total da receita operacional bruta			119.702	679.739			4.463.107	3.522.733
Deduções da receita operacional								
ICMS			-	-			(1.481)	(292)
PIS			(1.965)	(11.216)			(50.088)	(42.711)
COFINS			(9.050)	(51.660)			(230.872)	(196.831)
ISS			(468)	(482)			(468)	(482)
Reserva global de reversão - RGR			-	-			(174)	(152)
Programa de P & D e eficiência energética			-	(82)			(3.931)	(3.289)
CFURH			-	(130)			(6.976)	(5.422)
Outros			-	(820)			(8.909)	(8.642)
			(11.483)	(64.390)			(302.899)	(257.822)
Receita operacional líquida			108.219	615.349			4.160.208	3.264.911

No exercício de 2021, do montante total de R\$ 126.214 (R\$ 90.395 em 2020) apresentado na rubrica de outras receitas e rendas constam R\$ 55.353 (R\$ 40.137 em 2020) referentes a remuneração do ativo contratual das transmissoras.

(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora				Consolidado			
	GWh		R\$ mil		GWh		R\$ mil	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Energia comprada para revenda								
Energia de curto prazo	7	11	965	1.160	1.543	1.785	199.355	51.689
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	417	615	64.542	34.747	2.420	2.554	327.607	213.958
Aporte CDE - Decreto 7.945/13	-	-	-	-	-	-	(125.940)	(8.679)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(5.980)	(3.214)	-	-	(29.300)	(15.974)
Subtotal	424	626	59.526	32.694	3.963	4.340	371.722	240.994
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição								
Encargos da rede básica			-	-			108.548	96.565
Encargos de conexão			-	-			12.291	11.822
Encargos de uso do sistema de distribuição			-	1.013			32.545	27.072
Encargos de serviço do sistema - ESS			-	-			(10.473)	(776)
Encargos de energia de reserva - EER			-	-			(13)	(1)
Crédito de PIS e COFINS			-	(94)			(5.615)	(5.141)
Subtotal			-	920			137.284	129.541
Total			59.526	33.613			509.006	370.535

Em 2021 foram registrados créditos em energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo de R\$ 176.320 relacionados a repactuação do GSF, conforme nota 14.1.

(26) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora								
	2021								
	Despesas Operacionais								
	Custo com operação		Vendas	Gerais e administrativas		Outros		Total	
2021	2020	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	
Pessoal	8.654	11.082	2.184	3.585	16.741	-	-	12.188	30.007
Entidade de previdência privada	1	2.279	-	-	-	-	-	1	2.279
Material	6	958	11	119	56	-	-	176	1.025
Serviços de terceiros	576	2.674	27	5.141	7.626	-	-	5.717	10.327
Outros	482	26	4	1.042	3.182	39	(48)	1.563	3.165
Arrendamentos e aluguéis	457	-	-	293	423	-	-	750	423
Publicidade e propaganda	-	-	-	6	428	-	-	6	428
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	1	253	-	-	1	253
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	926	-	-	-	926
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	(119)	-	(119)
Outros	25	26	4	741	1.152	39	70	805	1.252
Total	9.719	17.019	2.227	9.886	27.605	39	(48)	19.644	46.803

	Consolidado										
	2021										
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros			Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2021	2020	2021	2020	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Pessoal	66.190	57.222	-	-	2.368	74.604	86.264	-	-	140.794	145.854
Entidade de previdência privada	4.030	3.452	-	-	-	-	-	-	-	4.030	3.452
Material	27.483	21.773	-	-	11	4.262	5.124	-	-	31.745	26.908
Serviços de terceiros	157.281	156.865	-	-	61	66.801	54.958	-	-	224.083	211.884
Custos com construção da infraestrutura	-	-	440.172	121.045	-	-	-	-	-	440.172	121.045
Outros	55.358	51.725	-	-	4	87.658	34.224	41.890	48.234	184.906	134.185
Arrendamentos e aluguéis	26.149	22.450	-	-	-	6.440	6.619	-	-	32.589	29.069
Publicidade e propaganda	10	88	-	-	-	1.919	868	-	-	1.929	956
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	70.575	12.340	-	-	70.575	12.340
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	1.502	1.540	-	-	1.502	1.540
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	10.473	47.386	10.473	47.384
Amortização de prêmio pago - GSF	18.446	14.678	-	-	-	-	-	-	-	18.446	14.678
Outros	10.753	14.509	-	-	4	7.222	12.857	31.417	848	49.392	28.218
Total	310.342	291.037	440.172	121.045	2.444	233.325	180.570	41.890	48.233	1.025.729	643.329

(27) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	12.747	11.507	55.224	48.083
Acréscimos e multas moratórias	-	76	952	(8)
Atualização de créditos fiscais	48	95	2.709	1.220
Atualização de depósitos judiciais	-	27	915	651
Atualizações monetárias e cambiais	13.762	8.270	14.483	11.663
Juros sobre contratos de mútuo	20.611	61	19.318	2.227
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.677)	(642)	(3.427)	(2.365)
Receitas decorrentes de liquidação CCEE	2.297	1.298	26.584	50.753
Outros	-	10	12.564	12.263
Total	47.789	20.702	129.322	124.488
Despesas				
Encargos de dívidas	(36.383)	(59.636)	(166.583)	(290.970)
Atualizações monetárias e cambiais	(11.258)	(2.795)	-	(30.689)
Uso do Bem Público - UBP	-	-	(32.794)	(33.982)
Outros	(16)	(974)	(153.101)	(151.250)
Total	(47.656)	(63.405)	(410.123)	(506.891)
Resultado financeiro	133	(42.703)	(280.801)	(382.403)

Na controlada CPFL Renováveis foram capitalizados juros durante o exercício de 2021, no montante de R\$ 5.216 (R\$ 88 em 31 de dezembro de 2020) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) e IAS 23.

A rubrica de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos com instrumentos derivativos, sendo apurado um ganho no montante de R\$ 16.016 (ganho de R\$ 129.574 em 2020) (nota 32).

(28) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada na estrutura interna das informações financeiras e da Administração, e é efetuada através da segmentação pelo tipo de negócio: atividades de geração.

Os resultados, ativos e passivos por segmento incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento e também aqueles que possam ser alocados razoavelmente, quando aplicável. Os preços praticados entre os segmentos são determinados com base em transações similares de mercado. A nota explicativa 1 apresenta as subsidiárias de acordo com a sua respectiva área de atuação e contém mais informações sobre cada controlada e seu respectivo ramo de negócio e segmentos.

Estão apresentadas a seguir as informações segregadas por segmento geração de acordo com os critérios estabelecidos pelos executivos da Companhia:

	Geração	Eliminações	Total
2021			
Receita operacional líquida	4.160.208	-	4.160.208
(-) Vendas entre segmentos	489	(489)	-
Custo com energia elétrica	(509.496)	490	(509.006)
Custos e despesas operacionais	(1.041.971)	(1)	(1.041.602)
Depreciação e amortização	(710.743)	-	(710.743)
Resultado do serviço	1.898.488	-	1.898.858
Resultado de participações societárias	518.562	-	518.560
Receita financeira	129.811	(489)	129.322
Despesa financeira	(410.612)	489	(410.123)
Lucro antes dos impostos	2.136.249	-	2.136.617
Imposto de renda e contribuição social	(128.196)	-	(128.196)
Lucro líquido	2.008.054	-	2.008.421
Aquisições do ativo contratual, imobilizado e outros intangíveis	779.814	-	779.814
	Geração	Eliminações	Total
2020			
Receita operacional líquida	3.264.911	-	3.264.911
(-) Vendas entre segmentos	16	(16)	-
Custo com energia elétrica	(370.552)	17	(370.535)
Custos e despesas operacionais	(643.391)	(1)	(643.392)
Depreciação e amortização	(698.213)	-	(698.213)
Resultado do serviço	1.552.771	-	1.552.771
Resultado de participações societárias	409.606	-	409.606
Receita financeira	124.517	(29)	124.488
Despesa financeira	(506.920)	29	(506.891)
Lucro antes dos impostos	1.579.973	-	1.579.973
Imposto de renda e contribuição social	64.574	-	64.574
Lucro líquido	1.644.548	-	1.644.548
Aquisições do ativo contratual, imobilizado e outros intangíveis	417.339	-	417.339

(29) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2021 as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas e coligadas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia. Quando realizadas no mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo Poder Concedente.
- Intangível, imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.
- Adiantamentos** – Referem-se a adiantamentos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento.
- Mútuos** – (i) O saldo de mútuo passivo no consolidado, no montante de R\$ 2.116.304 (R\$ 2.025.022 em 31 de dezembro de 2020), refere-se substancialmente ao mútuo entre a CPFL Renováveis e a controladora State Grid Brazil Power-SGBP, com vencimento até junho de 2024 e remunerado a CDI + 1,1% a.a.

(ii) O saldo de mútuo no ativo no montante de R\$ 459.055 em 31 de dezembro de 2020, refere-se substancialmente ao mútuo da controladora CPFL Energia com a Companhia.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à VIVEST, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 18 Entidade de Previdência Privada.

A controladora, CPFL Energia, possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração para o exercício de 2021, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1), foi de R\$ 3.300 (R\$ 11.231 em 2020). Este valor é composto por R\$ 4.312 (R\$ 9.4797 em de 2020) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 184 (R\$ 46 em 2020) de benefícios pós-emprego, compensado por outros benefícios de longo prazo R\$ 1.197 (R\$ 1.688 em 2020), e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020	2021	2020
Alocação de despesas entre empresas								
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	-	-	-	-	(156)	(23)
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
Campos Novos Energia S.A.	68.125	77.102	-	-	-	-	-	-
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	3.544	-	-	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	163	161	-	-	2.170	2.211	-	(35)
Foz do Chapecó Energia S.A.	2	17	-	-	2.326	2.252	-	(49)
Campos Novos Energia S.A.	3	-	-	-	2.385	2.201	-	(57)
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	-	-	-	-	2	-	-	(22)
Compra e venda de energia e encargos								
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	-	-	-	-	-	31.192
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	-	-	192	184	-	-
Campos Novos Energia S.A.	3	-	-	-	-	-	-	-
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	-	-	-	-	15.738	13.057
Adiantamentos de clientes								
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	-	-	-	57	-	-	-	-
Outras operações financeiras								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	-	926
Mútuo								
State Grid	-	-	2.116.304	2.025.022	-	-	-	-

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020	2021	2020
Alocação de despesas entre empresas								
Companhia Paulista de Força e Luz	1.995	-	4.042	-	-	-	107	183
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.292	-	3.514	-	-	-	27	85
CPFL Comercialização Brasil S.A.	52	-	240	(3)	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	3.663	-	576	-	-	-	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	1.222	-	311	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	3	-	-	(1)	-	-	39	1
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	42	-	918	-	-	-	-	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	27	-	-	-	-	-	80	(47)
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	20	-	-	-	-	-	80	(47)
Nect Ser Adm Rec Hum Ltda	92	-	-	-	-	-	20	(12)
Nect Ser Adm Financ Ltda	70	-	-	-	-	-	465	1.488
Nect Ser Adm Sup Log Ltda	80	-	-	-	-	-	34	46
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	191	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	545	-	-	-	37	325
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	90	-	-	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	84	-	-	-	-	75
Contrato de Mútuo								
CPFL Energia S.A.	-	400.025	-	-	17.607	32	-	1.586
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	9.447	-	-	-	375	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	15.339	-	-	-	609	-
State Grid	-	-	-	-	-	-	111.647	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	-	385.690	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
CPFL Energia S.A.	166	-	53	-	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	40.749	-	3.401	41	3	3	244	539
Companhia Jaguarí de Energia	7.461	-	114	-	-	-	2	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	10.759	-	73.006	610	-	-	23.512	11.027
Nect Serviços Administrativos Ltda.	595	-	2.687	6	-	-	667	514
Nect Ser Adm Rec Hum Ltda	436	-	9.681	10	-	-	1.448	1.115
Nect Ser Adm Financ Ltda	33	-	16.759	144	-	-	10.820	8.045
Nect Ser Adm Sup Log Ltda	462	-	2.115	127	-	-	232	1.308
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	5	-	1.218	-	-	-	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	46.577	11.987	565.329	-	571.712	120.766	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	51.307	13.366	207.377	-	229.929	312.933	1.319	5.471
Companhia Piratininga de Força e Luz	28.319	6.494	-	-	112.359	149.606	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	3.124	3	-	-	9.465	506	494	1.364
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	900	(4)	12	-	4.571	1.736	32	101
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	-	-	1	1	-	-
Adiantamentos de clientes								
Companhia Jaguarí de Energia	-	-	638	11	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	3.113	92	-	-	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	47.081	-	-	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	3.982	426	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia	-	-	1.918	-	-	-	-	-
Outras operações financeiras								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	47	66	-	15
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Total	-	-	-	(47)	-	-	-	-

(30) SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais , Lucros Cessantes, Riscos Nomeados, Riscos de Engenharia e Multirrisco	3.071.000
Transporte	Transporte nacional	26.615
Responsabilidade civil	Geral, Obras Cíveis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia	467.147
Garantia	Seguro Garantia	917.668
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	152.635
Outros	Outros	600.000
Total		<u>5.235.064</u>

Determinadas apólices para cobertura de ativo fixo e de responsabilidade civil são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida, de acordo com critérios definidos pela Administração.

(31) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia e de suas controladas compreendem, principalmente, geração de energia elétrica, transmissão e comercialização de energia.

Estrutura do gerenciamento de risco

No Grupo CPFL, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia:

- Deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites.
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração.
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos. Adicionalmente, orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de riscos limites de risco definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia desta Política e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos no Grupo CPFL, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo CPFL está exposto, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar, dos contratos de venda de energia do empreendimento controlado em conjunto, ENERCAN.. A exposição relativa aos empréstimos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 32.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 32.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água

dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2021 se observou uma sequência de hidrologia desfavorável, sendo a pior do histórico para o período de abril a setembro. O que acarretou uma série de ações mitigatórias, pelo governo, quanto ao risco de suprimento.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Para os contratos de construção de companhias de transmissão firmados em 2019, a Companhia também está exposta a riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços de *commodities* e de insumos, tais como o alumínio necessário para a etapa de construção. Em linha com a sua política de gestão de riscos, estratégias de mitigação de risco podem ser utilizadas para reduzir esta volatilidade no fluxo de caixa. Essas estratégias de mitigação podem incorporar instrumentos derivativos, predominantemente operações a termo, futuros e opções.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de *software* Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	Controladora		Consolidado	
				31/12/2021		31/12/2021	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	82.668	82.668	343.114	343.114
Titulos e valores mobiliarios		(a)	Nível 1	-	-	474.169	474.169
Derivativos	32	(a)	Nível 2	-	-	33.232	33.232
Termo de mercadoria (alumínio) e NDF dólar	32	(a)	Nível 2	509	509	509	509
Total				83.177	83.177	851.024	851.024
Passivo							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	-	-	756.566	756.217
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16 (**)	(a)	Nível 2	436.105	436.105	590.451	590.451
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	548.024	546.390	1.822.539	1.710.425
Termo de mercadoria (alumínio) e NDF dólar	32	(a)	Nível 3	7.533	7.533	7.533	7.533
Total				991.662	990.028	3.177.089	3.064.626

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 20.162 em 31 de dezembro de 2021 (um ganho de R\$ 1.739 em 31 de dezembro de 2020).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

Legenda

Categoria / Mensuração:

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, e (iv) serviços prestados a terceiros.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) uso do bem público, (iv) consumidores e concessionárias a pagar, (v) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, e (vi) contas a pagar de aquisição de negócios.

Adicionalmente, não houve em 2021 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Contratos a termo e futuros são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas nas bolsas onde esses ativos são negociados, ou outros provedores de preços de mercado. Quando não há preço para o vencimento desejado, são utilizadas interpolações entre os vencimentos disponíveis

Adicionalmente, as principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo do derivativo “zero-cost collar”, cuja classificação de hierarquia de valor justo é Nível 3, estão divulgadas na nota 32 b.1.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o período de 2021 e exercício de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possui prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 15 e 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas detinham as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos (1)	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	32.724	(6.543)	26.181	39.664	(13.484)	US\$ + de (2,07% a 3,29%)	104,85% do CDI ou CDI + 0,8%	abr/21 a fev/25	232.705
	32.724	(6.543)	26.181	39.664	(13.484)				
Outros derivativos (2)									
Termo de Mercadoria (alumínio)	-	(990)	(990)	-	(990)	indexador / moeda	faixa de vencimento	Nocional em US\$	
NDF - Alumínio	508	-	508	356	152	alumínio (US\$/ton)	ago/21 a jan/22	5.014	
						US\$	ago/21 a jan/22	7.743	
Total	33.232	(7.533)	25.699	40.020	(13.331)				
Circulante	508	(990)							
Não circulante	32.724	(6.543)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

(2) Devido às características destes derivativos, o nocional está apresentado em dólar norte-americano.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

Derivativos	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2020	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2021
Valores a custo, líquidos				
Para dívidas designadas a valor justo	84.466	21.003	(65.804)	39.664
Outros	-	11.833	(11.477)	356
Marcação a mercado (*)	2.259	(16.580)	-	(14.321)
Total	86.725	16.256	(77.281)	25.699
Ativo - circulante	60.338			508
Ativo - não circulante	27.741			27.725
Passivo - circulante	(1.354)			(990)
Passivo - não circulante	-			(1.544)

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2021 referente aos ajustes ao valor justo (marcação a mercado) dos derivativos são: (i) perda de R\$ 15.926 para as dívidas designadas a valor justo e (ii) perda de R\$ 654 para outros derivativos (termo de mercadoria).

Conforme mencionado acima, algumas controladas optaram por marcarção a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2020 e 2021, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2021	2020	2021	2020
Marcação a mercado	-	-	-	2
Variação cambial	32.835	132.812	-	-
Marcação a mercado	(16.819)	(3.238)	31	162.076
	16.016	129.574	31	162.078

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia e suas controladas. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia e suas controladas estão quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2021 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Consolidado					
Receita (despesa) no resultado					
Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25% (c)	Apreciação cambial de 50% (c)
Instrumentos financeiros passivos	(140.962)		(14.833)	24.116	63.065
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	145.490		15.309	(24.891)	(65.091)
	4.528	baixa dólar	476	(775)	(2.026)
Total	4.528		476	(775)	(2.026)

Efeitos no resultado do período (91) 147 384

Receita (despesa) no resultado					
Instrumentos	Exposição (US\$ mil)(a)	Risco	Depreciação cambial (d)	Depreciação / Apreciação cambial de 25% (d)	Depreciação / Apreciação cambial de 50% (d)
		baixa alumínio			
Termo de mercadoria (alumínio)	3.002	(d) (US\$/ton)	-	(2.706)	(3.443)
NDF dólar	4.326	(d) baixa dólar	-	(6.030)	(12.060)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2021 foi de R\$ 5,58 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 6,17 e a depreciação cambial de 10,52%, referente ao dólar em 31.12.2021.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

(d) Devido às características destes derivativos, o notional está apresentado em dólar norte-americano, e a taxa base de desvalorização considerando o vencimento de cada contrato.

Em função da exposição cambial líquida do dólar ser um ativo, o risco é baixa do dólar e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2021 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Consolidado							
Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no exercício	taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa) no resultado		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	1.104.401				134.626	168.283	201.940
Instrumentos financeiros passivos	(3.774.513)				(460.113)	(575.141)	(690.170)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(123.840)				(15.096)	(18.870)	(22.644)
	(2.793.952)	alta CDI	4,40%	12,19%	(340.583)	(425.728)	(510.874)
Instrumentos financeiros passivos	(178.497)				(11.834)	(14.793)	(17.752)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(157.330)				(10.431)	(13.039)	(4.858)
	(335.827)	alta IGP-M	17,79%	6,63%	(22.265)	(27.832)	(22.610)
Instrumentos financeiros passivos	(448.564)				(27.273)	(34.091)	(40.909)
	(448.564)	alta TJLP	4,80%	6,08%	(27.273)	(34.091)	(40.909)
Instrumentos financeiros passivos	(570.235)				(30.793)	(23.095)	(15.396)
	(570.235)	baixa IPCA	10,06%	5,40%	(30.793)	(23.095)	(15.396)
Total	(4.148.578)				(420.914)	(510.746)	(589.789)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					(38)	(131)	(157)
Efeitos no resultado do período					(420.876)	(510.615)	(589.632)

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

d) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos.

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos de Valores Mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o exercício de 2021 e exercício de 2020 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

e) Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o período de 2021 e exercício de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas

f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2021, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2021	Nota explicativa	Menos de 1 mês	3 meses a 1 ano	1-3 anos	Total
Fornecedores	15	6.370	-	2.033	8.403
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	-	60.468	466.595	527.089
Derivativos	32	-	990	6.543	7.533
Debêntures - principal e encargos	17	-	319.912	314.063	633.975
Outros	22	97	-	-	97
Total		6.467	381.370	789.234	1.177.097

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(33) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Transações oriundas de reestruturação societária				
Contas a receber	-	(84.999)	-	2.974
Impostos a recuperar	-	(22.897)	-	609
Derivativos	-	(77.728)	-	-
Outros créditos	-	(7.842)	-	1.156
Depósitos judiciais	-	(1.746)	-	-
Investimentos em joint ventures	-	(125.772)	-	-
Imobilizado líquido de depreciação	-	(922.332)	-	15.358
Intangível líquido de amortização	-	(75.579)	-	4
Fornecedores	-	(5.030)	-	59
Empréstimos e financiamentos	-	(191.697)	-	(1.475)
Impostos diferidos passivo	-	(172.288)	-	(768)
Previdência privada	-	(33.718)	-	-
Obrigações tributárias	-	(126.483)	-	30
Obrigações trabalhistas	-	(2.996)	-	25
Outros passivos	-	(12.296)	-	5.746
Provisões para contingências	-	(270)	-	-
Empréstimos com controladas e controladora	-	-	-	5.356
Outras Transações				
Transferência entre imobilizado/intangível e outros ativos	-	-	1.877	3.930
Adiantamento para futuro aumento de capital com integralizados	200.500	64.809	-	-
Perda em participação sem alteração no controle	(1.205)	(59.022)	1.373	59.022
Reversão de custos socioambientais e desmobilização de ativos	-	-	70.507	32.400
Reconhecimento de corredor atuarial para previdência privada	-	-	-	18.732

(34) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia e suas empresas controladas relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2021, são como segue:

Controladas

Obrigações contratuais em 31/12/2021	Duração	Consolidado				Total
		Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	até 31 anos	130.003	278.617	307.443	3.633.494	4.349.557
Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico	até 31 anos	65.611	129.872	127.381	1.643.269	1.966.134
Projetos de construção de usina	até 3 anos	327.231	75.313	151	-	402.695
Fornecedores de materiais e serviços	até 3 anos	5.586	2.062	-	-	7.648
Total		528.430	485.864	434.975	5.276.763	6.726.033

Empreendimentos controlados em conjunto

Obrigações contratuais em 31/12/2021	Duração	Controladas em conjunto				Total
		Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Projetos de construção	até 3 anos	22.423	15.394	-	-	37.817
Encargos de Transmissão e Distribuição	até 15 anos	290.629	668.242	725.183	4.094.501	5.778.555
Repactuação do risco Hidrológico e outros	até 15 anos	88.760	177.764	177.521	374.837	818.883
Fornecedores de materiais e serviços	até 3 anos	23.741	24.034	-	-	47.775
		401.812	861.400	902.704	4.469.338	6.635.254

Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados às controladas do segmento de energia renovável.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

KARIN REGINA LUCHESI
Presidente

TIAGO DA COSTA PARREIRA
Conselheiro

CARLOS ALBERTO DUARTE NOGUEIRA
Conselheiro

FUTAO HUANG
Conselheiro

DIRETORIA

XINJIAN CHEN
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro e de RI

RODOLFO COLI DA CUNHA
Diretor Regulatório e de Gestão de Energia

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

FRANCISCO JOÃO DI MASE GALVÃO JUNIOR
Diretor de Operações

JOSÉ ALEXANDRE ALMEIDA SERRA
Diretor de Engenharia

CONTABILIDADE

MÁRCIO CÉLIO PORPHIRIO MENDES
Coordenador de Serviços Contábeis
CT CRC 1SP251528/O-0



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Acionistas da
CPFL Geração de Energia S.A.
Campinas - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Geração de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CPFL Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os

princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos da controlada CPFL Energias Renováveis S.A.

Veja as notas explicativas 3.11 e 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e sobre diferenças temporárias advindos da controlada CPFL Energias Renováveis S.A., cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros que são preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e em seu plano de negócios.</p> <p>Devido ao grau de incerteza inerente às premissas utilizadas na determinação da estimativa dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos créditos tributários e ao fato de qualquer mudança nas premissas poderem impactar de forma relevante a estimativa dos lucros tributáveis futuros e consequentemente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Como parte dos nossos procedimentos de auditoria em relação aos ativos fiscais diferidos da controlada CPFL Energias Renováveis S.A.:</p> <ul style="list-style-type: none"> • avaliamos a documentação sobre o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave implementados pela controlada relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises quanto à probabilidade da existência de lucros tributáveis futuros; • com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a documentação do auditor da controlada relativa às (i) principais premissas especialmente as relativas ao crescimento econômico projetado e volume e preço de venda de energia; (ii) comparações com os dados disponíveis no mercado utilizados nas projeções de lucros tributáveis futuros e com o plano de negócios aprovado pela controlada; e • discutimos os resultados alcançados e avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos fiscais diferidos da controlada, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e</p>

	consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
--	---

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação

pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 17 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

DECLARAÇÃO	STATEMENT
<p>Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da CPFL Geração de Energia S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, 1632, Jardim Professora Tarcília - CEP: 13087-397 - Campinas - SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob nº. 03.953.509/0001-47, declaram que:</p> <p>a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da CPFL Geração de Energia S.A do período findo em 31 de dezembro de 2021;</p> <p>b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da CPFL Geração de Energia S.A do período findo em 31 de dezembro de 2021.</p> <p>Campinas, 14 de março de 2022.</p>	<p>In compliance with the provisions in items V and VI of article 25 of the Brazilian Securities & Exchange Commission (CVM) Instruction No. 480, of December 7, 2009, as amended by CVM Instruction No. 586, of June 8, 2017, the chief executive officers and the officers of CPFL Geração de Energia S.A, a publicly traded company, with its registered office at Jorge de Figueiredo Correa street, nº 1632, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397 - Campinas - SP - Brazil, enrolled with the National Register of Legal Entities (CNPJ) under No. 03.953.509/0001-47, hereby stated that:</p> <p>a) they have reviewed and discussed, and agree with, the opinions expressed in the opinion of KPMG Auditores Independentes on the financial statements of CPFL Geração de Energia S.A, for the period ended December 31, 2021;</p> <p>b) they have reviewed and discussed, and agree with, the financial statements of CPFL Geração de Energia S.A, for the period ended December 31, 2021;</p> <p>Campinas, March 14, 2022.</p>

XinJian Chen
Diretor Presidente
Chief Executive Officer

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores
Chief Financial and Investor Relations Officer